

Esta apostila reproduz o conteúdo do **Curso de Iniciação ao Marxismo-Leninismo (CIM)**, organizado pela Escola Nacional do Partido Comunista do Brasil, com o apoio da Fundação Maurício Grabois. Destina-se a subsidiar a participação no curso e a continuidade do estudo, após sua realização.

A programação do **CIM** apresenta cinco temas: 1) A concepção de mundo do materialismo dialético e histórico; 2) Origem e desenvolvimento da sociedade; 3) A dinâmica do modo de produção capitalista; 4) O socialismo como necessidade histórica; 5) Concepção, história e lutas do Partido Comunista. Eles são desenvolvidos nas aulas de Filosofia, Estado e Classes Sociais, Economia Política Marxista, Socialismo e Partido.

Este curso, juntamente com o **Curso do Programa Socialista (CPS)**, compõe o Nível I da Escola Nacional do PCdoB. Ambos apresentam noções teóricas gerais que nos ajudam a entender a realidade brasileira e a política do Partido, na luta pela sua transformação.

A leitura básica para o Nível I é o **Manifesto do Partido Comunista**, escrito por Marx e Engels em 1848. É um livro que se mantém atual, tanto pela análise rigorosa que faz das contradições do capitalismo, quanto pela discussão das tendências do desenvolvimento desse modo de produção e da sua necessária superação por uma sociedade de tipo superior, sem exploradores e explorados.

O Nível I da Escola Nacional do PCdoB se completa com o estudo desse importante texto. Há várias publicações impressas desse

clássico do marxismo, como o livro da Editora Anita Garibaldi. Também é possível acessá-lo na Internet. Por exemplo, a página da Escola Nacional do PCdoB no Portal da Fundação Maurício Grabois (www.fmauriciograbois.org.br) traz o texto completo (em: **Biblioteca Marxista**). Traz também uma Ficha de Leitura para orientação de estudo, com destaques da obra, questões para discussão e um artigo comentando sua atualidade (em: **Cadernos de Formação**).

Ao lado da participação no **CPS** e no **CIM**, o estudo desse material representa uma contribuição muito importante para qualificar a atuação da nossa militância. Sem dúvida, as companheiras e os companheiros que derem conta dessa tarefa saberão valorizar esta iniciativa da Escola Nacional do PCdoB. E estarão aptas (os) a continuar os estudos, no Nível II, quando serão desenvolvidos Conceitos Básicos do Marxismo-Leninismo.

Bom estudo e boa luta!

Escola Nacional do PCdoB

SUMÁRIO

Introdução	4
Aula 01 - A concepção de mundo do materialismo dialético-histórico	
Tópico 1 - A importância do estudo da filosofia	8
Tópico 2 - Filosofia e outras manifestações de concepções de mundo	10
Tópico 3 - Questões que a filosofia pretende responder.....	12
Tópico 4 - A filosofia Marxista	17
Aula 02 - Origem e desenvolvimento da sociedade	
Tópico 1- Modos de Produção e suas contradições.....	20
Tópico 2 - Classes e Lutas de Classes	24
Tópico 3 - As Classes e o Estado	29
Tópico 4 - Modos de Produção e Lutas de Classes no Brasil.....	31
Aula 03 - A dinâmica do modo de produção capitalista	
Tópico 1 - Noções preliminares sobre Economia Política Marxista	37
Tópico 2 - Noções econômicas sobre o desenvolvimento da sociedade	39
Tópico 3 - Noções sobre a evolução e as contradições do sistema capitalista	43
Tópico 4 - Formação Capitalista no Brasil	47
Aula 04 - O socialismo como necessidade histórica	
Tópico 1 - A luta pelo socialismo é uma expressão mais elevada da luta de classes.....	52
Tópico 2 - Socialismo: superação do capitalismo e transição ao comunismo	54
Tópico 3 - As experiências socialistas do século XX e a nova luta pelo socialismo no século XXI	58
Tópico 4 - O PCdoB e seu Programa Socialista.....	60
Aula 05 - Concepção, história e lutas do partido comunista	
Tópico 1 - Noções sobre partidos e o Partido Comunista	63
Tópico 2 - Origem e sinopse histórica do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e sua atual concepção	64
Tópico 3 - A tática e a estratégia do Partido: A luta pelo socialismo no Brasil e o Programa Socialista do PCdoB	68
Tópico 4 - O PCdoB e seu estatuto.....	70

INTRODUÇÃO

Por que estudar?

É necessário estudar para: apropriar-se do conhecimento elaborado nos vários campos do saber; preparar-se para participar da elaboração intelectual avançada; armar-se para o enfrentamento da luta de ideias.

É fundamental conhecermos as ideias que servem de base para o funcionamento do capitalismo, assim como as ideias que são contrárias ao capitalismo, de modo a compreendermos que ele é um sistema que pode e deve ser superado e substituído por outro mais avançado.

É necessário estudar para entender a sociedade e refletir sobre tendências de seu desenvolvimento e possibilidades de sua transformação.

Por que os comunistas devem estudar?

A luta teórica é uma das frentes de atuação no âmbito da luta de classes.

A consciência socialista revolucionária não se desenvolve simplesmente com as lutas concretas dos trabalhadores.

Para compreender os interesses vitais dos trabalhadores é preciso unir as lutas concretas ao estudo dos fenômenos históricos e sociais.

Por que estudar o marxismo-leninismo?

Aos comunistas é imprescindível tornarem-se intelectuais da sua classe, sendo necessário o domínio da teoria revolucionária.

O Marxismo-Leninismo é a base teórica para a luta transformadora, para a interpretação da realidade nacional e internacional. No nosso Partido, é a teoria indispensável para o conhecimento e a interpretação da realidade nacional e mundial.

A reafirmação da consciência socialista traz desafios novos, nos dias atuais. São duros os ataques à política e aos partidos políticos, tendo por alvo a

esquerda em geral e, particularmente, o comunismo.

Compreender a teoria é fundamental para combater os ataques do capital às lutas dos trabalhadores, ao Partido e às ideias transformadoras.

Estudar o marxismo-leninismo é, portanto, uma necessidade vital para os comunistas. Mas não nos interessa um estudo simplesmente para “demonstrar conhecimentos”. Também não se trata de entender a teoria como fórmula acabada, solução para todos os problemas ou modelo para o empreendimento da luta dos trabalhadores e sua organização.

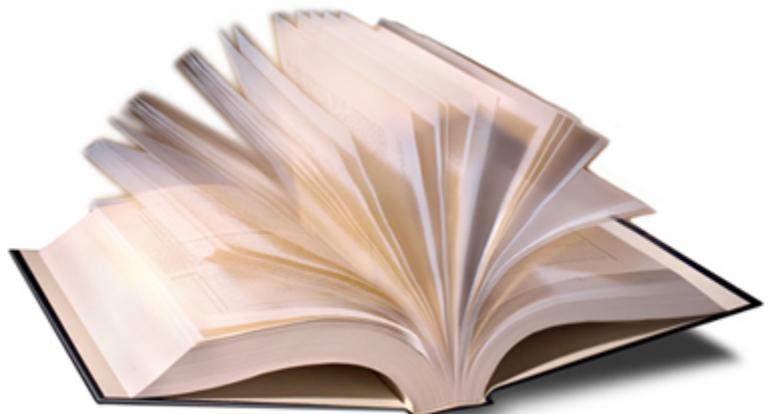
Estudo vivo, criativo e transformador

O estudo do Marxismo-Leninismo deve ter como objetivo a análise da sociedade atual buscando soluções concretas para problemas concretos.

Não pode ser a simples repetição de fórmulas utilizadas em períodos históricos diferentes nem cópia de modelos utilizados por outros países. E requer permanente atualização.

É necessário encontrar as soluções para os problemas brasileiros a partir da nossa realidade efetiva, considerando potencialidades e limitações.

É preciso dar respostas teóricas, que fundamentem a crítica ao capitalismo neoliberal e sustentem a construção de um projeto alternativo, voltado aos interesses e necessidades da maioria da população brasileira.



O que é marxismo-leninismo? Por que tem esse nome?

O marxismo-leninismo é um conjunto articulado de teorias que estudam o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do conhecimento sobre o mundo. O marxismo-leninismo é concepção histórica de mundo, que se desdobra nos âmbitos da filosofia, da ciência, da política.

Elas fundamentam a necessidade de superar o capitalismo, desenvolver o Socialismo e chegar ao Comunismo, uma sociedade sem classes nem desigualdades sociais.

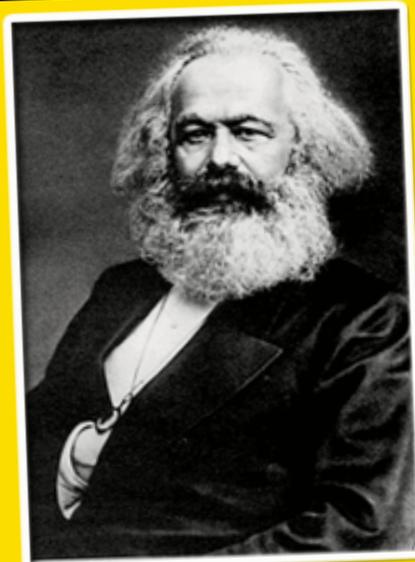
O marxismo-leninismo é concepção histórica de mundo. Desdobra-se entre os conhecimentos da filosofia, ciência e política, sendo também o nome do movimento transformador defendido pelos comunistas.

Este sistema teórico é conhecido como marxismo-leninismo em referência a seus principais elaboradores: MARX (e seu grande colaborador, ENGELS) + LÊNIN.



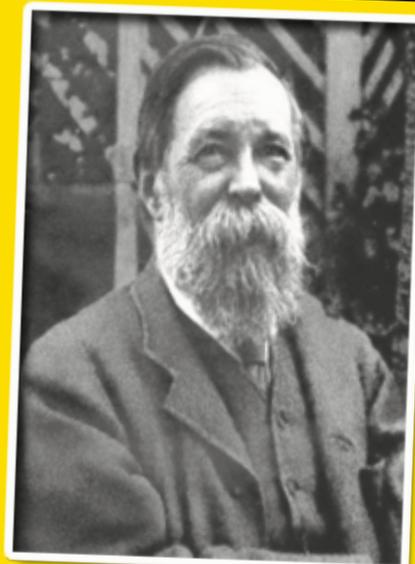
OS CRIADORES DO MARXISMO

Karl MARX (1818-1883). Estudou as origens e o desenvolvimento da luta de classes, examinou a fundo as contradições do capitalismo de seu tempo (meados do século XIX), apontando para a edificação de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem.



OS CRIADORES DO MARXISMO

Friedrich ENGELS (1820-1895)
Ajudou muito na elaboração feita por Marx, chegando a escrever com ele várias obras. Afirmava que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, precisa ser tratado como tal, isto é, precisa ser estudado.



Vladimir Ilitch Ulianov - LÊNIN (1870-1924) Grande líder revolucionário do início do século XX. Aprofundou aspectos da teoria marxista, especialmente sobre o capitalismo na fase imperialista, sobre os fundamentos da ação revolucionária do partido do proletariado e sobre o período de transição do capitalismo ao socialismo. Foi o líder da grandiosa revolução socialista russa de Outubro de 1917 e dirigente do Estado e do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao propagar os ensinamentos dos grandes mestres, enfatizava que a luta teórica - tal como as lutas econômica e política - é uma das manifestações da luta de classes.



Neste curso, são apresentadas Noções Gerais sobre o Marxismo-Leninismo em torno de cinco temas:

1. A concepção de mundo do materialismo dialético e histórico;
2. Origem e desenvolvimento da sociedade;
3. A dinâmica do modo de produção capitalista;
4. O socialismo como necessidade histórica;
5. Concepção, história e lutas do Partido Comunista.

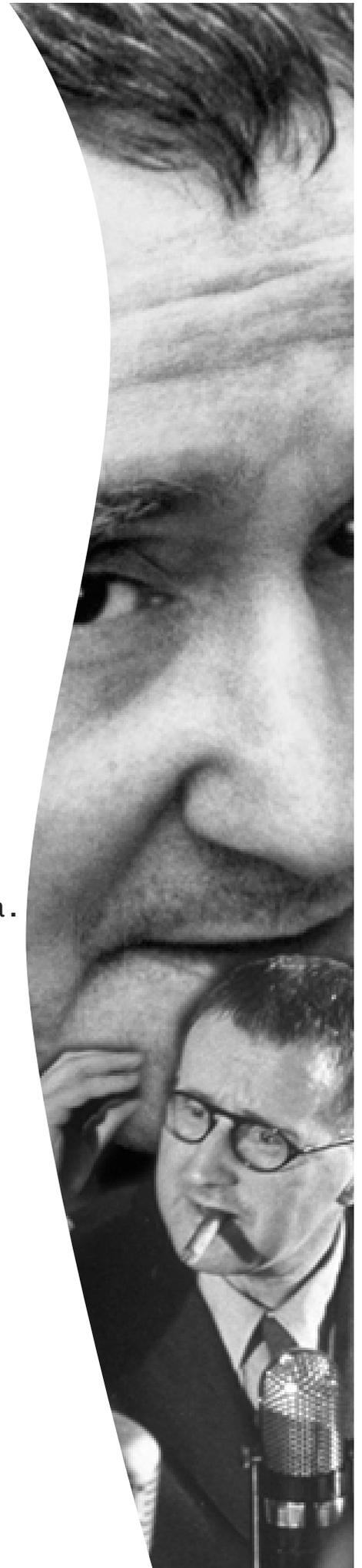
São também apresentados aspectos da realidade brasileira, analisada à luz dessas noções.

Elogio do Aprendizado

Bertold Brecht

Aprenda o mais simples!
Para aqueles cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas aprenda!
Não desanime! Comece! É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!
Aprenda, homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha!
Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Frequente a escola, você que não tem casa!
Adquira conhecimento, você que sente frio!
Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma.
Você tem que assumir o comando.
Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer!
Veja com seus próprios olhos!
O que não sabe por conta própria, não sabe.
Verifique a conta É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: o que é isso?
Você tem que assumir o comando.

Bertold Brecht, "Elogio do Aprendizado",
in: Poemas 1913-1956, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.121.



AULA 01 - FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE MUNDO DO MATERIALISMO DIALÉTICO-HISTÓRICO

Tópico 1: A importância do estudo da Filosofia

Que quer dizer concepção de mundo?

O que isto tem a ver com a Filosofia?

Concepção de mundo = visão de mundo, modo de perceber e de explicar o mundo

Os seres humanos sempre se fazem perguntas sobre o mundo, as outras pessoas, os animais, os fenômenos da natureza, sobre si próprios, seus sentimentos e suas necessidades.

De início, as respostas que encontram são atribuídas à ação de deuses, entes sobrenaturais, e com formulações muito simples, com base naquilo que conseguem ver, sentir, ouvir, manipular.

Com o tempo, as explicações se tornam mais complexas: exigem raciocínio mais desenvolvido, a partir de hipóteses, procedimentos e instrumentos adequados para descobertas, resultando em formulações teóricas, em teses explicativas, em afirmações relativamente comprovadas.



Isto acontece porque os seres humanos, diferentemente dos outros animais, apropriam-se da natureza, isto é, submetem-na ao seu domínio, utilizam-na para satisfação das suas necessidades. E o fazem através do trabalho, criando instrumentos e símbolos, relacionando-se entre si, comunicando-se. E vão desenvolvendo cada vez mais a linguagem e o pensamento, sendo capazes de registrar suas idéias e transmiti-las de geração a geração.

A filosofia, a ciência, a religião, a arte são manifestações das concepções de mundo – o modo como as pessoas percebem o mundo, como sentem, interpretam, explicam os fenômenos e processos da natureza, da sociedade e do próprio pensamento.

Filosofia = amor à sabedoria

Palavra de origem grega: Philos e Sophia

philos { significa amizade, amor fraterno e respeito entre as pessoas;

sophia { significa sabedoria;

Filósofo (a) - é a pessoa que ama o conhecimento, tem amizade pelo saber, deseja saber.

Filosofia / concepção de mundo

A filosofia surgiu como conhecimento racional da ordem do mundo ou da natureza. Por isso, filosofia é associada a concepção de mundo: esforço racional para conhecer o universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido; fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas.

Filosofia / crítica do conhecimento

A filosofia problematiza a realidade e o conhecimento da realidade. Ela faz a crítica (questiona, coloca em dúvida, procura as raízes, os fundamentos) das outras formas de conhecimento, tais com o senso comum, a religião e a ciência.

Filosofia e senso comum

Em nossa vida cotidiana afirmamos, negamos, desejamos, aceitamos ou recusamos coisas, pessoas e situações. Esta nossa capacidade, aparentemente simples, contém profundas concepções de mundo e de realidade que no cotidiano, em nossas escolhas e convicções, não ficam aparentes.

Por exemplo, quando perguntamos: que horas são? Ou que dia é hoje? Nossa expectativa é que alguém, tendo um relógio ou um calendário, nos dê a resposta exata. Em que acreditamos ao fazer estas perguntas e aceitar as respostas?

Acreditamos que o tempo existe, que ele passa, pode ser medido em horas e dias, que o que passou é diferente do agora, e o que virá há de ser diferente do que é agora, que o passado pode ser lembrado e o futuro ainda está por vir.

Algumas explicações sobre o mundo passam a fazer parte do dia-a-dia das pessoas e se tornam tão óbvias que nem sempre a gente se dá conta de



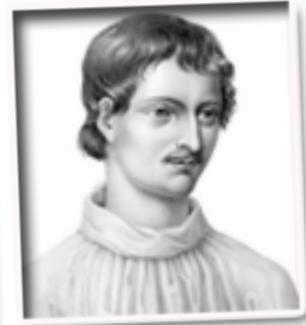
que já são fruto de muito estudo, pesquisa, debate e, até, de grandes lutas.

Por exemplo, a afirmação de que “a terra é redonda e se move em torno do sol” já faz parte do linguajar popular, é conhecimento comum (senso comum).

No entanto, durante muitos milênios acreditava-se que a terra era plana, imóvel e que o sol é que girava em torno dela. Tal idéia era apresentada como verdade absoluta e os que se contrapunham a ela eram severamente punidos e até mortos, como Giordano Bruno e Galileu Galilei.

Giordano Bruno (1548-1600)

Teólogo e filósofo italiano, considerado um pioneiro da filosofia moderna. Um dos principais pontos de sua teoria é a cosmologia, segundo a qual o universo seria infinito, povoado por milhares de sistemas solares, e interligado com outros planetas contendo vida inteligente. Acusado de heresia, foi preso e condenado pela Inquisição a morrer na fogueira, tendo sofrido torturas e maus tratos de todos os tipos.



Galileu Galilei (1564-1642)

Físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano que teve um papel preponderante na chamada Revolução Científica. Em 1616, a teoria heliocêntrica (segundo a qual o sol é o centro imóvel do universo e ao seu redor se movimenta a terra) foi declarada herética e teologicamente errada pela Inquisição, obrigando Galileu Galilei a abjurar publicamente suas ideias e condenando-o à prisão por tempo indefinido.

Tópico 2: Filosofia e outras manifestações de concepção de mundo

Filosofia e religião

As religiões se baseiam na *verdade revelada* e têm por principal atitude a *fé*. As verdades religiosas se apresentam como *dogmas* a serem aceitos pelas pessoas que as cultuam.

A filosofia, ao buscar a relação entre o mundo e o conhecimento que se tem sobre ele, sempre pergunta sobre as verdades postuladas e tem por principal atitude a *reflexão*, fundada no questionamento, na

dúvida. A **atitude filosófica** consiste em **indagar sobre certezas** aceitas pelo senso comum ou pela religião e até mesmo pela ciência.

Filosofia e religião são campos diferentes do pensamento humano

As concepções filosóficas são independentes das religiões, elas se desenvolvem no campo da filosofia. As religiões se desenvolvem através do fortalecimento das concepções de mundo que melhor se adaptam à sua estrutura explicativa, transformando estas concepções em explicações religiosas:

- modos de interpretar o mundo segundo inspiração divina;
- sistema de valores que justifica determinadas regras de vida;
- conjunto de crenças a ser difundido.

Filosofia e ciência

A ciência é o conjunto de conhecimentos sobre a natureza, a sociedade e o pensamento, acumulados no curso da história. Seu objetivo é descobrir as leis objetivas dos fenômenos e encontrar as explicações correspondentes.



A ciência, nas suas diferentes ramificações, aparece e se desenvolve graças à atividade prática dos homens (o trabalho) e tem seus desdobramentos no aprimoramento dessa prática, através das técnicas, que se desenvolvem de acordo com as necessidades da produção material da sociedade.

Em cada época histórica, a ciência reflete o nível de conhecimento alcançado pela humanidade.

A filosofia e a ciência não são idênticas, têm objetos distintos. Mas não são estanques, relacionam-se mutuamente.

O objeto da ciência é o estudo dos fenômenos em suas particularidades – a busca de leis específicas de aspectos da realidade.

O objeto da filosofia é o estudo da relação entre a realidade e o conhecimento que se tem dela – a busca das leis mais gerais do conhecimento do mundo e do pensamento.

Quanto mais se desenvolve a ciência, maiores são os desafios da filosofia (na problematização dos conhecimentos que ela produz).

Por outro lado, a ciência também se vê desafiada pelos questionamentos resultantes das reflexões filosóficas.

Filosofia e arte

A arte é um modo singular de expressar e despertar sentimentos e emoções, representar e retratar costumes, modos de vida, conhecimentos e concepções de mundo. Ela se manifesta, por exemplo, por meio da música, da dança, da poesia, da dramaturgia, do desenho, da pintura etc.

A parte da filosofia que estuda e reflete sobre a arte é a Estética.

Para o marxismo, a arte e a estética têm caráter histórico, desenvolvem-se junto com as sociedades humanas.



Filosofia e valores

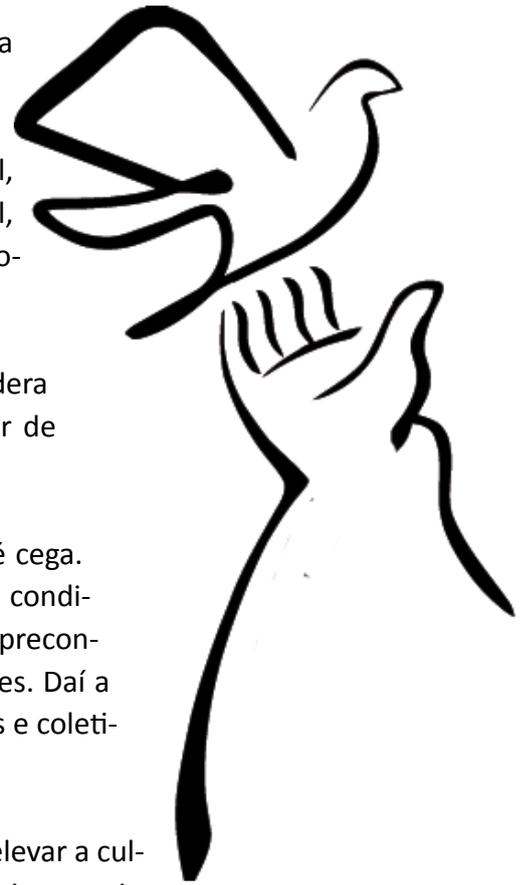
Além de aspectos relativos ao conhecimento do mundo, a filosofia reflete sobre valores culturais e morais.

A parte da filosofia que estuda os valores é a ética (do grego: moral, caráter, costumes): trata da origem e desenvolvimento da moral, das regras de conduta dos homens, de seus deveres para com a sociedade, a pátria, o Estado, etc.

A filosofia marxista descarta a ideia de valores universais: considera que os valores variam conforme a época histórica e têm caráter de classe.

O domínio do conhecimento ajuda a superar a superstição e a fé cega. Mas não é suficiente para superar valores negativos próprios das condições de exploração, como o individualismo, o voluntarismo, os preconceitos (raciais, étnicos, de gênero) e as condutas deles decorrentes. Daí a necessidade de fortalecer e cultivar valores humanistas, solidários e coletivistas, próprios da ética comunista.

O PCdoB, apoiado na filosofia marxista, reitera a necessidade de elevar a cultura e desenvolver valores como: o patriotismo, a solidariedade internacionalista, o respeito à inviolabilidade dos bens públicos, o coletivismo, a unidade política e ideológica, a disciplina consciente, a responsabilidade pessoal e social, o combate às discriminações de toda ordem, a crítica e a autocrítica, a disponibilidade e a abertura para o debate, entre outros.



Tópico 3: Questões que a filosofia pretende responder

O que a filosofia estuda? O que ela busca explicar?

Vimos que os seres humanos se perguntam sobre:

- o que é o mundo,
- como o mundo se desenvolve,
- o que é o homem,
- qual a relação entre os homens e os outros animais,
- o que é o pensamento,
- como é possível pensar,
- qual a relação entre o mundo e as ideias que se tem sobre ele.



Vimos também que as respostas se expressam no senso comum, na religião, na arte, na ciência e na filosofia.

3.1 A questão fundamental da filosofia:

Qual a relação entre o ser (a matéria) e o pensar (a consciência)?

Dessa questão, derivam pelo menos duas outras:

- 1) O que é primário, determinante, principal – a matéria ou a consciência?
- 2) O mundo pode ser conhecido? (Se sim, esse conhecimento pode ser verdadeiro?)

Matéria e Consciência

O que é primário, determinante, principal?

Duas respostas: Idealismo e Materialismo

No senso comum (o conhecimento comum, popular), idealista é quem tem ideal e materialista é quem só pensa em dinheiro, em coisas materiais.

Mas, no sentido filosófico, essas palavras têm significados bem diferentes.

Diz Engels:

“A grande questão fundamental de toda filosofia é a da relação entre o pensamento e o ser, entre o espírito e a natureza. Que é primeiro: o espírito ou a natureza? Conforme respondiam de uma maneira ou de outra a esta questão, os filósofos dividiam-se em dois grandes campos: Aqueles que afirmavam que o espírito é primeiro em relação à natureza e que, por conseguinte, admitiam, em última instância, uma criação do mundo de qualquer espécie constituíam o campo do idealismo. Os outros, que consideravam a natureza como campo primordial, pertenciam às diversas escolas do materialismo”.



Idealismo - os filósofos idealistas consideram que a consciência é primária e que a matéria é derivada. Ou seja, que a consciência, existindo antes da matéria, deu origem à vida e é base de tudo que existe no mundo.

Materialismo - os filósofos materialistas consideram que a matéria é primária e que a consciência é derivada. Partem do princípio segundo o qual a natureza existe independentemente do pensamento e da vontade dos seres humanos e possui leis próprias.



A filosofia marxista é materialista, pois compreende que a matéria determina a consciência.

O Ser é matéria (realidade objetiva) e sua forma de existência mais geral é o Movimento.

A matéria é anterior à consciência.

A consciência é derivada da matéria, e surge num determinado momento da história da Natureza.

A consciência é uma propriedade da matéria altamente organizada.

A matéria é toda a realidade que existe fora da consciência.

O ser humano é constituído por matéria e consciência.

3.2 Questões derivadas da questão fundamental da filosofia:

A) Como é o mundo, como é o pensamento? Como se chega ao conhecimento do mundo?

Vimos que o materialismo e o idealismo filosóficos refletem sobre o que é o mundo: se é principalmente matéria, um conjunto de fenômenos, fatos, processos que são conceituados, representados pela atividade consciente do cérebro humano. Ou se é principalmente consciência, um conjunto de ideias, conceitos e símbolos que criam as coisas e que lhe dão vida e significado.

A filosofia estuda, também, como é o mundo: se é algo em desenvolvimento, em transformação, se seus fenômenos e processos estão interligados, unidos. Ou se é estático, fragmentado, sem ligação, desorganizado, caótico.

Há duas grandes maneiras de se analisar o mundo: a Metafísica e a Dialética – que são métodos de conhecimento.

Metafísica

Palavra de origem grega, formada por **meta** + **physis**:
meta = depois de, além de;
physis = natureza ou física.

Trata de questões como a existência de Deus, as causas primárias dos objetos e fenômenos, a distinção entre a alma e o corpo do homem, entre as coisas e as ideias sobre as coisas, É um método de conhecimento que estuda o ser enquanto ser (sua essência), concebido como transcendente.

Enquanto método de conhecimento, a metafísica consiste na análise das partes: fatos, fenômenos, processos, vistos como estáticos, isolados, como substâncias fixas (em ciclos estreitos, um após outro, como algo perene). Para a metafísica, cada pergunta tem como resposta: sim ou não, dirige-se a isto ou aquilo; um fato, fenômeno, processo é positivo ou negativo. Ou seja, algo é ou não é – não pode ser e não ser ao mesmo tempo.

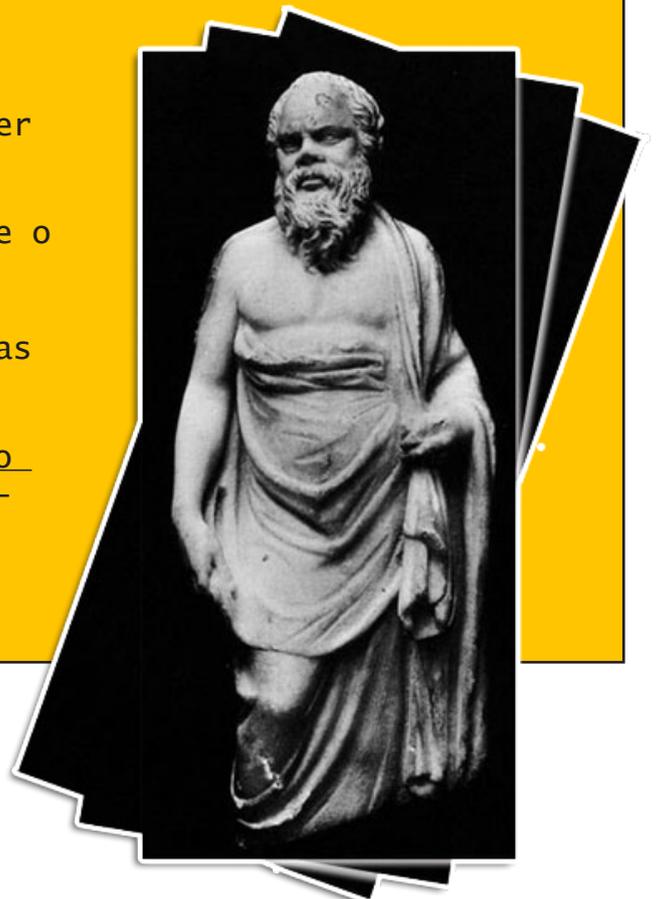
Engels diz, por exemplo, que o metafísico vê a árvore e não vê o bosque; ou, quando vê o bosque, não consegue ver cada árvore.

Dialética

Palavra de origem grega que quer dizer **diálogo** – **contraposição de idéias**.

De início, **dialética** queria dizer que o conhecimento se forma mediante o **movimento de idéias**: a relação da consciência com ela mesma e com outras consciências.

Depois, passou a significar um método de conhecimento, que analisa a realidade prestando atenção ao **movimento**, às **contradições**, às **transições**, às **concatenações**.



A dialética consiste na análise de conjunto: fatos, fenômenos, processos em sua dinâmica, suas concatenações e mudanças substanciais (transições, fluxos e refluxos). A dialética considera que os polos de um mesmo fenômeno são contrários, mas inseparáveis: penetram-se mutuamente. Para a dialética, cada pergunta tem como resposta: sim e não, dirige-se a isto e aquilo; um fato fenômeno, processo é positivo e negativo. Ou seja, algo é e não é ao mesmo tempo.

Por exemplo: eu sou a mesma pessoa desde que nasci. Ao mesmo tempo, sou outra pessoa: cresci, me desenvolvi, tenho outra aparência física, penso diferente etc.

Heráclito, um filósofo grego da antiguidade, dizia que uma pessoa não percorre duas vezes o mesmo rio, pois o rio já não é o mesmo e a pessoa também não é a mesma: tudo flui, tudo move – afirmava ele.

A dialética compreende o mundo em processo. Para ela, o mundo não é, está sendo.

PARA A FILOSOFIA MARXISTA

- A ciência progrediu, principalmente a partir do século XV, com o emprego do método metafísico no estudo de fenômenos particulares.
- Esse método, importante nas ciências naturais, foi transportado para a filosofia, sob a forma do método metafísico de especulação (separação corpo x espírito, coisa x ideia da coisa, matéria x consciência). Segundo Engels, isto significou um retrocesso na produção do conhecimento.
- Por outro lado, a filosofia contou com a contribuição de um importante filósofo alemão (Hegel): a elaboração do método dialético, de matriz idealista.
- Em relação à metafísica, a dialética idealista representou grande avanço para o pensamento filosófico. Mas a dialética materialista é o método que mais ajuda a entender o mundo.

B) O mundo pode ser conhecido?

Diz Engels:

“Mas o problema da relação entre o pensamento e o ser tem ainda outro aspecto: que relação existe entre nossas ideias a respeito do mundo que nos cerca e este próprio mundo? Nosso pensamento está em condições de conhecer o mundo real, reproduzir uma imagem exata da realidade?”



Para a maioria dos filósofos, o mundo pode ser conhecido.

Os materialistas consideram que, através dos órgãos dos sentidos, o homem pode captar as propriedades dos objetos e fenômenos da natureza e da sociedade e que, em consequência, criam símbolos, idéias, representações, relacionadas com aquilo que observam, sentem, ouvem, manipulam.

Já os idealistas consideram que a ideia, a razão, os raciocínios lógicos têm autonomia e primazia diante da realidade e são as chaves explicativas dos objetos e dos fenômenos.

Mas há filósofos, idealistas, que negam a possibilidade de conhecimento do mundo. São os agnósticos.

Para eles, é possível somente conhecer a aparência das coisas, mas não o que elas são na essência. O homem não chega nunca a conhecer “as coisas em si”.

Quando a ciência era pouco desenvolvida, era comum pensar-se assim. Mas o desenvolvimento dos métodos e instrumentos de busca do conhecimento levou a grandes descobertas científicas e sua aplicação em técnicas e na produção de objetos, demonstrando a possibilidade de conhecer coisas que antes eram inatingíveis.

Mesmo assim, até hoje há filósofos que negam a possibilidade do conhecimento e sua veracidade.

Para a Filosofia Marxista

O mundo pode ser conhecido. A filosofia e as ciências buscam explicar o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento.

A filosofia marxista enfrenta o debate com as correntes que negam a possibilidade de conhecer o mundo, argumentando que a busca da essência dos fenômenos é exatamente a razão de ser da filosofia e das ciências e defende que elas podem chegar a essa essência.

O próprio fato de o homem reproduzir produtos da natureza – por exemplo, matérias corantes extraídas de plantas – e de colocar esses produtos a seu serviço demonstra essa possibilidade.

Sem conhecer os produtos e suas propriedades, como o homem poderia reproduzi-los e utilizá-los?

A possibilidade de conhecimento do mundo não é dada absolutamente a cada indivíduo, mas à humanidade, em seu conjunto: tanto em relação ao que acontece na época em que se vive, como sobre o passado (próximo e longínquo), e, ainda, no que diz respeito às tendências de desenvolvimento futuro.

O que não se conhece hoje, pode vir a ser conhecido, com o desenvolvimento das ciências e da prática humana.

Tópico 4: A filosofia Marxista

Como a filosofia marxista responde às questões da filosofia?

Sobre a questão fundamental (a relação entre o ser e o pensar):

A Filosofia marxista: concebe as ideias como imagens dos objetos e fenômenos da realidade; explica a consciência do homem por sua existência.

Portanto, é materialista.

Sobre a questão de como é o mundo

A filosofia marxista analisa o mundo, entendendo: que ele não é estático – está em movimento de transformação constante; que seus fenômenos estão universalmente relacionados uns aos outros.

Portanto, é dialética.



A filosofia marxista é materialista dialética

MATERIALISTA, porque entende que existe uma realidade independente do pensamento.

DIALÉTICA, porque faz análise de conjunto: estuda os fatos, fenômenos, processos em sua dinâmica, e nas suas variações (transições, concatenações, fluxos e refluxos).

OS MÉTODOS DA FILOSOFIA MARXISTA

MATERIALISMO DIALÉTICO

Estuda a matéria em movimento – revela as leis mais gerais do movimento da matéria. Estuda a relação entre as coisas e suas imagens no pensamento (as ideias, os conceitos), compreendendo que o movimento de ideias acontece porque a própria realidade material está em movimento e o cérebro humano, em atividade consciente, é capaz de captar este movimento.

Considera que não somente as ideias, mas todas as coisas do mundo, estão em constante movimento, concatenadas (ligadas), têm influências recíprocas, se transformam.

MATERIALISMO HISTÓRICO

A filosofia marxista tem uma concepção materialista de história, que consiste na análise materialista dialética da origem e do desenvolvimento da sociedade.

- o desenvolvimento da sociedade tem leis objetivas;
- em cada época, as ideias, crenças, conhecimentos e instituições jurídicas e políticas relacionam-se reciprocamente com a base econômica (relações de propriedade, de trabalho, de produção, de consumo, de distribuição, de troca);
- as sociedades se transformam.

Concepção de mundo e método

A concepção de mundo materialista dialética orienta para um método de conhecimento do mundo. (Método: maneira de conhecer).

O **materialismo dialético e histórico** é ao mesmo tempo concepção de mundo e método de conhecimento.

CONCLUSÃO

Tudo no mundo se relaciona, se transforma e se desenvolve

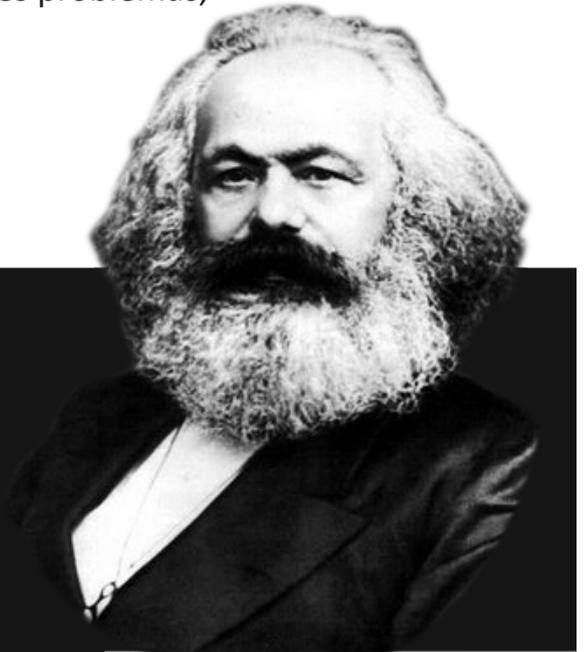
A história mostra que o mundo vem se transformando continuamente: pelo desenvolvimento natural dos fenômenos e processos e pela ação dos seres humanos, através do trabalho.

O conhecimento da realidade e a ação social consciente podem transformar o mundo.

A filosofia marxista, ao refletir sobre as mudanças e sobre os problemas que o mundo apresenta, aponta para a solução desses problemas, para a transformação das práticas humanas.

Como diz Marx:

“Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.”



AULA 02 - ESTADO E CLASSES SOCIAIS

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

Tópico 1: Modos de Produção e suas contradições

Como são constituídas e como se desenvolvem as sociedades?

As sociedades se desenvolvem e se transformam. O que diferencia uma sociedade de outra é o modo como se produz e se distribui a riqueza social.

Sem reprodução e produção não há vida social.

Para sobreviver os seres humanos precisam produzir suas condições de existência. Precisam se alimentar, se vestir, morar etc. Ou seja, eles precisam trabalhar. Sem trabalho não há sociedade, nem desenvolvimento humano.



O que é preciso para que os homens possam trabalhar e produzir?

1º) **OBJETOS DE PRODUÇÃO** ou **Matérias Primas** (oferecidas pela natureza ou já industrializadas). Por exemplo: a terra, os minérios, pano etc. São elementos que no processo produtivo serão transformados em coisas úteis à sociedade.

2º) **INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO** ou as ferramentas de trabalho – são as coisas que nos permitem transformar as matérias primas. Por exemplo: do arado de madeira aos modernos computadores. Aqui, também, se incluem os galpões, a energia elétrica, o combustível etc.

Objetos de Produção + Instrumentos de Produção são chamados de **MEIOS DE PRODUÇÃO**.

Para que a produção se realize é necessário que algo ponha em movimento as ferramentas e transforme as matérias primas em produtos úteis. Este elemento essencial é a **FORÇA DE TRABALHO**.



Então, para que haja produção é preciso que existam os meios de produção e força de trabalho humana. A esses elementos deu-se o nome de FORÇAS PRODUTIVAS.

As FORÇAS PRODUTIVAS tendem a se desenvolver com certa rapidez, através dos avanços tecnológicos.

Por exemplo, a máquina a vapor aumentou a produção de carvão.

FORÇAS PRODUTIVAS

São a soma de todos aqueles elementos necessários para que homens e mulheres possam produzir e sobreviver.



Como os seres humanos se relacionam na produção?

Sem o trabalho humano nada se produz, mas sem os meios de produção os homens e mulheres não podem trabalhar. Por isso, quem possui os meios de produção tende a dominar também a sociedade.

A questão da propriedade dos meios de produção é uma questão central para entendermos as diversas formas que adquiriram as sociedades humanas ao longo da sua história.

Os seres humanos não podem sobreviver se não se relacionarem com outros seres humanos. Para produzir eles precisam estabelecer relações entre si que são as chamadas RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.

Há dois grandes tipos de relações de produção:

Relações de produção assentadas na **cooperação**: quando os meios de produção são coletivos (Por exemplo: o comunismo primitivo e o socialismo moderno).

Relações de produção assentadas na **exploração**: quando os meios de produção estão nas mãos de poucas pessoas (Por exemplo: escravismo, feudalismo e capitalismo).

Os principais tipos de relações de produção que a história conheceu foram: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

Por exemplo, na Roma e na Grécia antigas o que predominava eram as relações de produção de tipo escravista. Portanto, o modo de produção nessas duas sociedades era o escravista.

IMPORTANTE

O que distingue uma época histórica da outra não é tanto o que se produz, mas o modo como se produz: com quais instrumentos e técnicas e sob quais relações de produção.

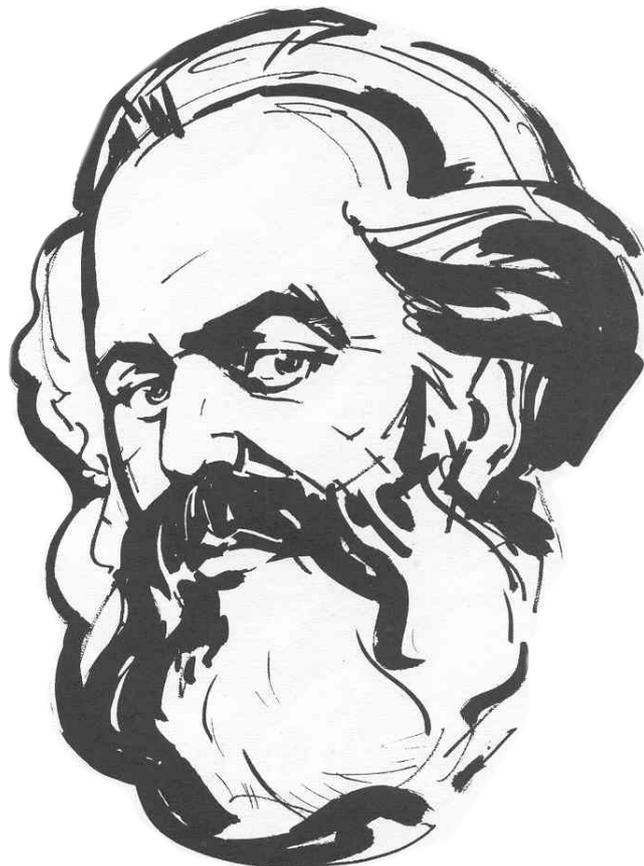
O MODO DE PRODUÇÃO é a articulação dinâmica das forças produtivas (meio de produção + força de trabalho) com as relações de produção.

Diz Marx (no Prefácio à Crítica da Economia Política):

“O resultado geral a que cheguei e que (...) pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”.

Mais adiante:

“Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela (...) E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”.



Duas ideias centrais nesta elaboração de Marx:

1ª) As forças produtivas desenvolvem-se mais depressa que as relações de produção e por isso entram em contradição. O conflito é solucionado pela revolucionarização completa da sociedade e a mudança do modo de produção. Ou seja pelo predomínio de novas relações de produção.

2ª) A estrutura econômica determina, em última instância, as superestruturas ideológicas e jurídico-políticas. As estruturas econômicas são como os alicerces e as vigas sobre os quais se erguem os edifícios ou a base da pirâmide.

SUPERESTRUTURA JURÍDICA E POLÍTICA

Tendo por referência o modo de produção (ou estrutura econômica) são criadas normas de convivência, estabelecem-se mecanismos de exercício de poder; criam-se instituições educativas e coercitivas; organizam-se sistemas de difusão de ideias e de crenças.

Este conjunto de relações, normas e instituições constitui a **SUPERESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA** e a **SUPERESTRUTURA IDEOLÓGICA** da sociedade.

Fazem parte da superestrutura jurídica e política de uma sociedade:

- o Estado e seus aparatos, como o parlamento, o exército, os tribunais;
- o sistema de leis que regem as relações entre pessoas e entre elas e as instituições.

Fazem parte da superestrutura ideológica: as ideias e crenças disseminadas pelas escolas, igrejas, órgãos de comunicação etc.

Embora determinada, em última instância, pela base econômica a superestrutura não é passiva e intervém no processo de manutenção ou superação da ordem econômica vigente.

Escreve Engels, em carta a Bloch (1890):

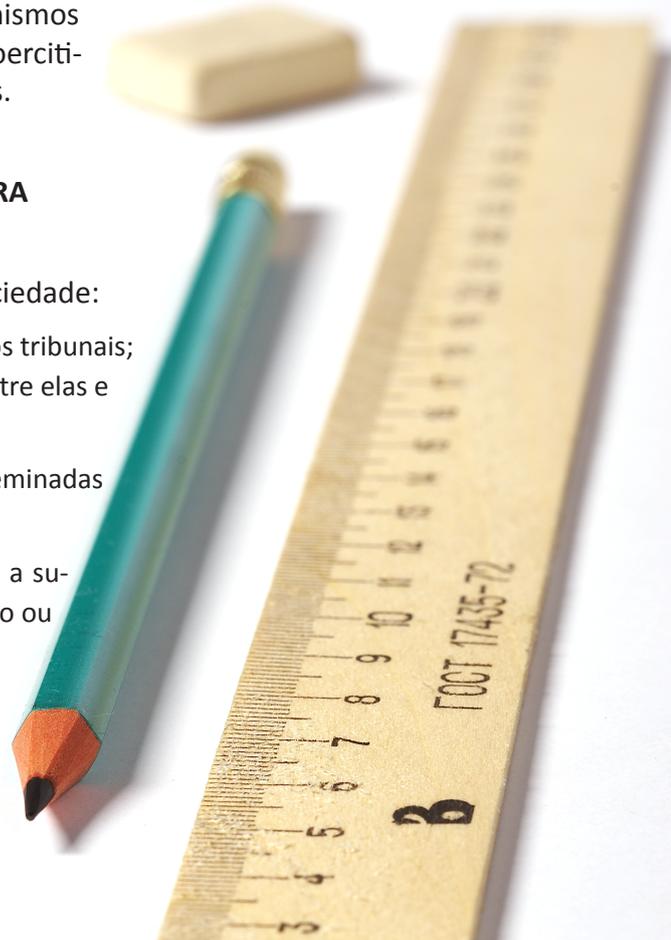
“Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura (...) também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (...) acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico”.

Engels conclui, afirmando:

“Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo”.

São fatores da superestrutura, segundo Engels:

- formas políticas da luta de classes e seus resultados;
- constituições estabelecidas pela classe dominante uma vez ganha a batalha,
- formas jurídicas,
- e mesmo seus reflexos de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes,
- teorias políticas, filosóficas, visões religiosas
- e seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas (...)



A origem da opressão da mulher

Nas origens remotas da luta de classes estão também as origens da opressão da mulher. A primeira grande divisão do trabalho – natural (ou espontânea) – se deu entre as funções da caça (exercidas pelos homens) e a agricultura e criação (exercidas pelas mulheres).

Essas sociedades mais remotas valorizavam o trabalho feminino – as mulheres eram responsáveis pela maior parte dos alimentos. Podia caber a elas o papel de direção econômica – e de liderança de suas famílias e comunidades. A não existência da propriedade privada e os casamentos por grupos – o que criava dificuldades de averiguação da paternidade – aumentavam o poder das mulheres.

Engels chegou a falar na existência de um matriarcado. Outros autores afirmam que o matriarcado foi exceção e o que predominou foi o domínio masculino.

O desenvolvimento da caça, da lavoura e da criação de gado, graças às novas tecnologias, afastou o centro da produção social da esfera do trabalho doméstico e colocou-o nas mãos exclusivas dos homens. A mulher foi perdendo sua posição no interior da sociedade.

Com o predomínio gradual de relações de produção assentadas na propriedade privada surge a necessidade de regular os problemas da herança no interior da sociedade e esta passa a depender da verificação da paternidade. Desenvolve-se a partir daí o casamento por pares (a monogamia), o imperativo da fidelidade conjugal apenas da mulher e a consolidação do poder do homem no interior da sociedade e no interior da família.

Surge assim a primeira forma de opressão na sociedade humana: a dos homens sobre as mulheres.

Tópico 2: Classes e Lutas de Classes

O que são e como surgiram as classes sociais?

As sociedades onde existe monopólio privado dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem serão sempre sociedades divididas em classes. Nelas sempre haverá uma luta entre uma pequena minoria, querendo manter seus privilégios, e uma grande maioria, querendo pôr fim à exploração e à dominação. Isso é o que Marx chamou de “luta de classes”.

O desenvolvimento das forças produtivas levou ao surgimento do excedente. Criaram-se assim as condições para que alguns seres humanos se apartassem do trabalho produtivo e passassem a sobreviver do trabalho alheio.

Estava dado um passo fundamental para o aparecimento das classes e do processo de exploração do homem pelo homem.

O que são as classes sociais para o marxismo?

A principal definição de classes sociais, no marxismo, foi dada por Lênin em poucos parágrafos do artigo “Uma grande iniciativa”, sobre os sábados comunistas.

Para ele, classes sociais seriam grandes grupos de pessoas que se diferenciam:

- 1º) pelo lugar num sistema de produção social historicamente determinado;
- 2º) pela relação (...) com os meios de produção (proprietários ou não);
- 3º) pelo seu papel na organização social do trabalho;
- 4º) pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte de riqueza social de que dispõem.

Lênin afirma:

“As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado da economia social”.

As classes devem ser entendidas como algo historicamente determinado — não existiram nem existirão sempre. Elas estão ligadas a determinadas fases do desenvolvimento da produção social.

As comunidades primitivas, onde era baixo o desenvolvimento das forças produtivas, não conheceram classes sociais. A maior parte da história humana se deu nesse período no qual não se conheceram nem classes nem Estado.

Cada modo de produção faz surgir suas próprias classes fundamentais.

A primeira grande divisão da sociedade em classes sociais antagônicas foi entre escravos e senhores. Por exemplo, Egito, Grécia e Roma, na antiguidade. Mais tarde surgiram outras classes sociais exploradoras e exploradas: camponeses servos e senhores feudais (latifundiários); burguesia e proletariado.

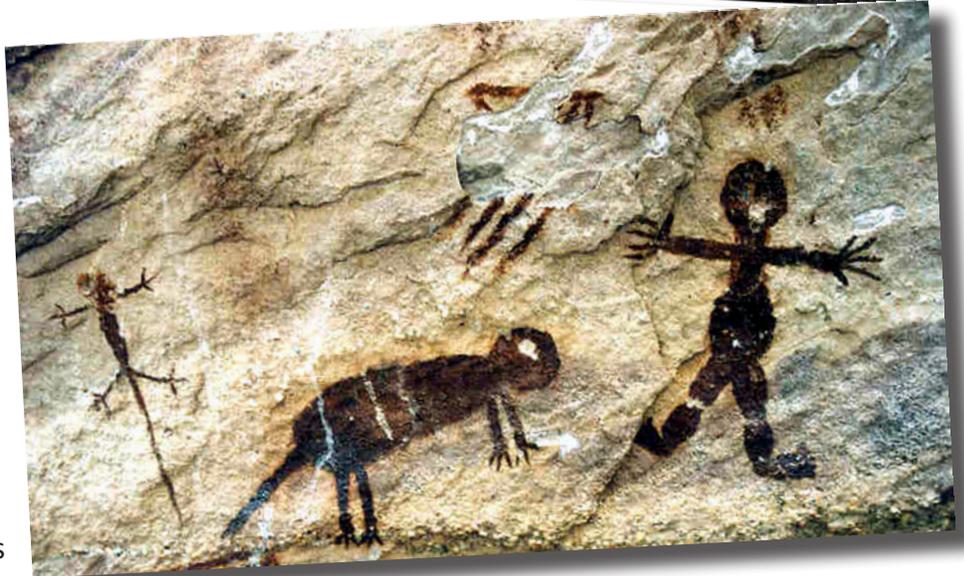
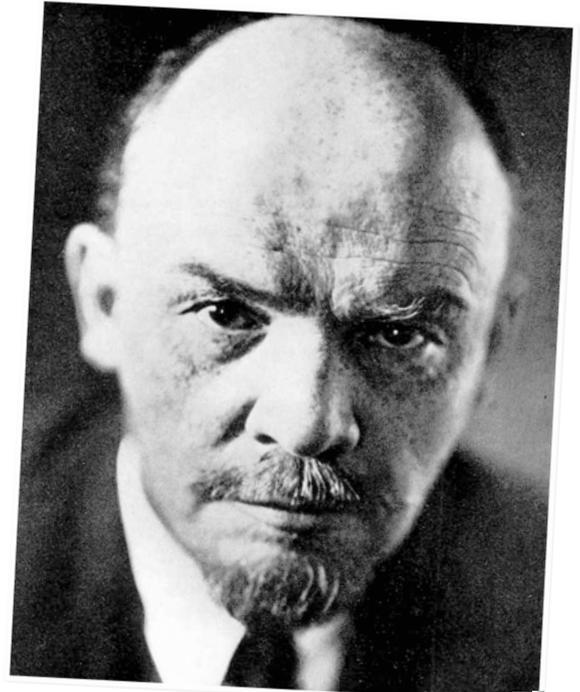
Porém, as classes não formam blocos monolíticos. Cada uma delas se subdivide em camadas e frações.

A luta de classes

Com as classes, nasce a **luta de classes**. Assim como não existe matéria sem movimento (o que vimos na aula de Filosofia), não existe classe fora da luta de classes.

Como afirmam Marx & Engels, no Manifesto do Partido Comunista (1848):

“Até os nossos dias a história da sociedade humana tem sido a história da luta de classes, homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, numa palavra, opressores e oprimidos em constante oposição”.*



“A luta de classes é o motor da história” (Marx)

*Atenção! Em uma nota à edição inglesa de 1888, Engels ressalva: “Isto é, toda a história *escrita*”. E refere-se a estudos, então recentes, segundo os quais as organizações sociais primitivas (gens), existentes antes da história registrada, não tinham classes, nem, portanto, luta de classes.

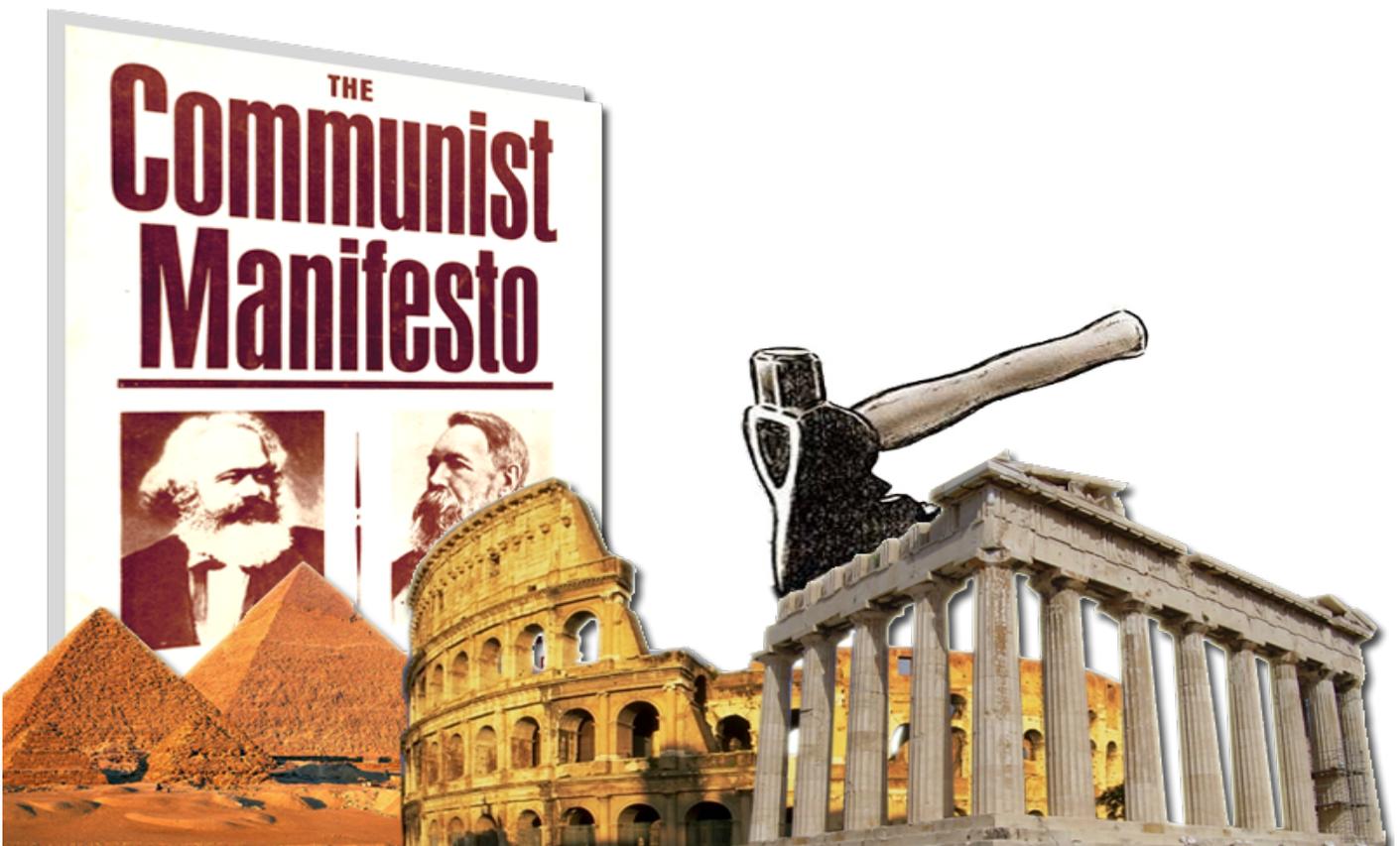
Quais são as bases materiais da luta de classes?

As mudanças sociais não se dão automaticamente, pelo gradual desenvolvimento das forças produtivas. É preciso que os agentes sociais (as classes) intervenham, através de uma luta incessante e permanente.

A luta de classes não é uma criação dos comunistas. Ela independe da vontade deles. Ou seja, ela tem bases materiais, objetivas:

- As relações de produção assentadas na propriedade privada e na exploração do trabalho. Em outras palavras, assentadas na “exploração do homem pelo homem”.
- Os conflitos de interesses inconciliáveis que se dão no mundo da produção entre exploradores e explorados.

Somente no socialismo começam a se romper as bases da dominação e da exploração, ao se eliminar gradualmente a propriedade privada dos meios de produção e se instaurar a propriedade social – processo que só se concluirá no comunismo.



Quais foram os grandes confrontos de classe na história humana?

Tomaremos, apenas como referência, a luta de classes na Europa para entender o processo de desenvolvimento no Brasil.



ESCRAVOS X SENHORES

No modo de produção escravista, o dono da terra era ao mesmo tempo proprietário dos que trabalhavam para ele. O escravo era considerado coisa. Podia ser comprado, torturado e morto.

Houve muitas rebeliões escravas no mundo antigo. Por exemplo, a liderada por Espartacus.

A escravidão degradava todo tipo de trabalho, impedindo que o escravo se interessasse em melhorar a técnica e aumentar a produção. O grande latifúndio escravista se mostrava menos produtivo que a média propriedade tocada por empregados semi-livres. Com isso começam a esboçar-se novas relações de produção: as feudais.

CAMPONESES SERVOS X SENHORES FEUDAIS

No modo de produção feudal, os camponeses eram obrigados a trabalhar quase sem direitos, pagar pesados tributos e prestar serviços nas terras do senhor – não eram escravos e também não eram livres. Ocorreram constantes e sangrentas rebeliões camponesas.

A servidão impediu o surgimento de uma numerosa e barata mão de obra para as manufaturas que cresciam. Isto se tornou um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, gerando contradições que levaram à substituição do feudalismo.



PROLETÁRIOS X BURGUESES

No modo de produção capitalista, a grande indústria cria a burguesia e o proletariado: as duas classes antagônicas fundamentais do modo de produção capitalista.

Os donos dos meios de produção não são donos ou senhores dos seus trabalhadores. Os trabalhadores são livres, mas obrigados a vender sua força de trabalho se quiserem sobreviver. O trabalho é assalariado.

O proletariado luta para aumentar os salários, reduzir as horas de trabalho e aumentar seus direitos sociais e políticos (como o direito de votar e ser votado). Por fim, luta para derrotar o capitalismo e construir o socialismo.



Luta de classes e transformação social

A luta das classes antagônicas tende a levar a uma transformação revolucionária de toda a sociedade e à substituição de um sistema velho por um sistema novo.

Substituem-se as classes no poder e as relações de propriedade predominantes. Foi assim no escravismo, no feudalismo e no capitalismo.

Segundo Engels, as lutas de classes modernas desenvolvem-se em três níveis:

1º. A luta econômica. É o primeiro nível da luta de classes, no qual surge e se desenvolve a solidariedade de classe. Nele despontam as primeiras formas de organização: os sindicatos, cuja luta se limita ao objetivo de conseguir melhores condições para venda da força de trabalho.

2º. A luta ideológica. É a luta que se trava no plano das ideias e do comportamento. O seu objetivo é libertar a classe explorada da ideologia dominante, de modo que ela adquira a consciência de seus interesses histórico-universais.

3º. A luta política. Este é o principal nível da luta de classes. Nele se coloca a questão do poder político. Essa luta passa por vários estágios, sendo que o estágio superior é a luta revolucionária pelo poder político, cujo principal instrumento é o Partido Político.

Tópico 3: As Classes e o Estado

O que é e quando surge o Estado?

As classes proprietárias dos meios de produção e que, por isso, dominam economicamente, tendem também a dominar politicamente a sociedade.

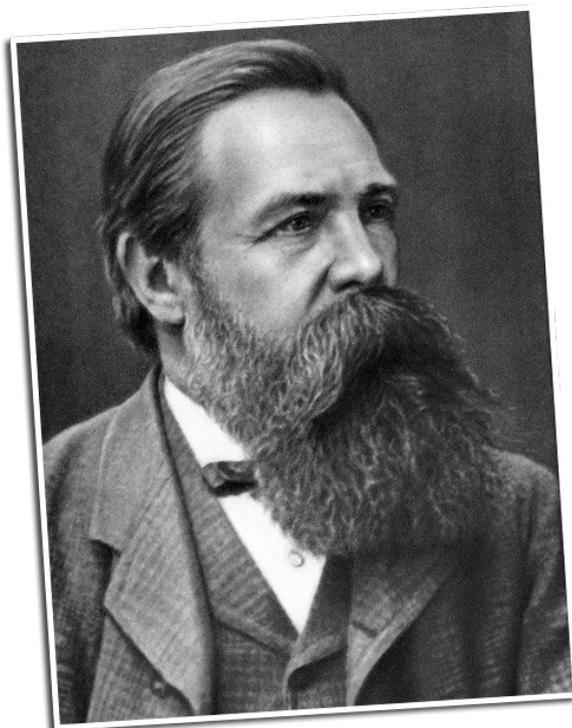
Para exercer sua dominação política sobre o conjunto da sociedade, elas dispõem de um instrumento especial. Esse instrumento é o Estado.

O Estado torna-se necessário a partir do surgimento de classes sociais antagonicas. O Estado é expressão da luta de classes. O Estado nasceu para defender os interesses dos proprietários face à ameaça representada pela luta dos trabalhadores.



Na sociedade comunal primitiva não havia necessidade de um corpo de homens separados da sociedade com a finalidade exclusiva de administrá-la e manter a ordem.

Segundo Engels:



“O Estado é o Estado da classe economicamente dominante (...) Assim como o Estado antigo foi o Estado dos possuidores de escravos para manter subjugados esses escravos, assim também o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter submetidos os servos; o Estado representativo moderno é o instrumento para exploração do trabalho assalariado pelo capital”.

Os diferentes tipos de Estados correspondem aos diferentes tipos de relações de produção existentes – escravista, feudal, asiático, capitalista e socialista.

Assim, o Estado é um instrumento de dominação e opressão de uma classe sobre a outra. Por isso Marx diz que o Estado é, essencialmente, uma ditadura de classe.

São elementos do Estado os aparelhos de repressão visando manter a ordem: os tribunais, o exército, as prisões. Também compõem o Estado os governos e os parlamentos nos diferentes níveis.

Tipos e formas de Estado

Os liberais burgueses buscam esconder a natureza (o caráter) de classe do poder político e se limitam a tratar da forma de exercício do poder de Estado (monárquica, aristocrática, republicana, democrática, autoritária).

O tipo ou caráter de um Estado é dado, fundamentalmente, pelo seu conteúdo de classe (ou seja, quais classes exercem o poder político). A forma de um Estado é a maneira pela qual o poder de Estado se apresenta em uma determinada época. Ela está sujeita à correlação de forças entre as classes sociais em luta. As formas de Estado mudam mais rapidamente que o seu conteúdo.

Por exemplo, o Estado burguês no Brasil conheceu várias formas:

- a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945);
- a democracia liberal (1945-1964);
- a ditadura militar (1964-1985);
- e de novo a democracia (1985...).



O conteúdo de classe (burguês) permaneceu o mesmo, mas a forma mudou várias vezes.

Qualquer que seja a forma, o Estado burguês é sempre democracia para os burgueses e ditadura para o proletariado. Assim, o Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. O Estado é essencialmente uma ditadura de classe.

No entanto, não é indiferente para o proletariado a forma pela qual a burguesia exerce a sua dominação, se através de uma ditadura autoritária ou dos mecanismos democráticos. **A democracia é o campo mais favorável para a luta dos trabalhadores.**

As classes exploradoras não dominam somente através da repressão, mas também pelas ideias.

A dominação também se dá através dos aparelhos ideológicos. Eles buscam justificar a existência de explorados e exploradores, pobres e ricos. Ensinam que isso é uma coisa natural ou

vontade de Deus. Por exemplo: as igrejas, as escolas, os meios de comunicação.

No capitalismo, quem tem os grandes meios de produção também controla os meios de comunicação (TVs, rádios, jornais, revistas etc). Os donos das grandes empresas de comunicação são também burgueses, como são burgueses aqueles que os patrocinam.

Por isso, Marx e Engels diziam que, nas sociedades divididas em classes, “as ideias dominantes são sempre as ideias das classes dominantes”.



Tópico 4: Modos de Produção e Lutas de Classes no Brasil

Como se desenvolveu a luta de classes no Brasil?

O processo de desenvolvimento dos Modos de Produção no Brasil foi diferente do da Europa. Entre os habitantes originais, os indígenas, predominaram relações de produção de tipo comunista primitivo até o início da colonização portuguesa (século XVI). Ou seja, foram milhares de anos.

Os povos indígenas não conheciam a exploração, nem classes sociais, nem Estado.

Os indígenas impuseram resistência aos ocupantes portugueses – procurando defender seu território e sua liberdade.

Por exemplo, a Confederação dos Tamoios (1555-1567) e as revoltas de Ajuricaba (1723-1728) no Norte e as Guerras Guaraníticas (1753-1756) no Sul. Assim como a Confederação dos Cariris, também chamada de Guerra dos Bárbaros, que envolveu índios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, e foi a mais longa das chamadas guerras indígenas (durou de 1683 a 1713) e uma das que envolveu a maior quantidade de índios.

No Brasil, foram fatores externos – ocupação

portuguesa – que levaram à superação do comunismo primitivo da maior parte do território e à instauração do escravismo, baseado nos negros aprisionados trazidos da África.

Formou-se um Modo de Produção Escravista Moderno, no qual o escravo era o centro da nossa economia, ao lado da monocultura exportadora (açúcar e café) e do latifúndio.

O escravo era propriedade de seu dono. Ele poderia ser comprado, vendido e brutalmente castigado.

O Estado escravista garantia o direito dos proprietários, punindo os escravos rebeldes e seus apoiadores.



Os aparelhos ideológicos, como a Igreja, justificavam a escravidão negra. Ela era atribuída à vontade divina ou considerada o resultado de uma inferioridade natural do negro.

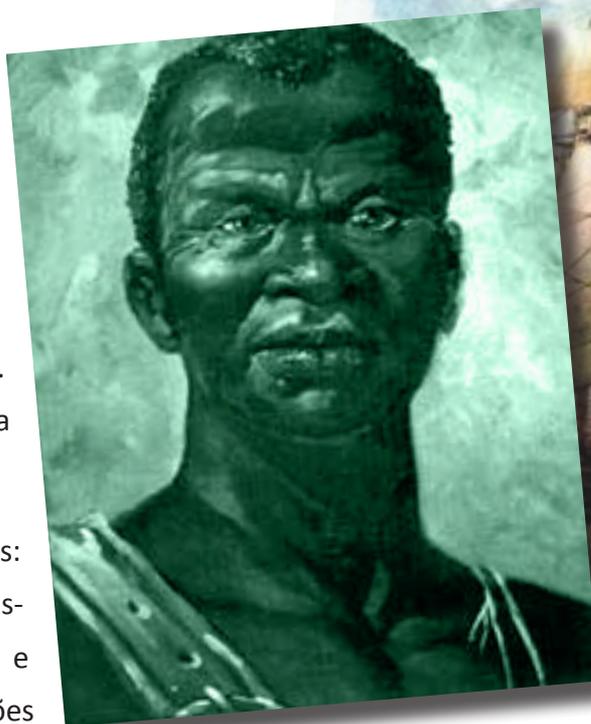
A principal contradição de classes era entre os senhores e os escravos. Esta foi a luta mais longa de nossa história.

Conheceu várias formas: recusa ao trabalho, assassinato de capatazes e senhores e até rebeliões armadas, como a de Zumbi dos Palmares.

Em alguns momentos a radicalidade popular obteve importantes vitórias, como na recusa dos jangadeiros cearenses, liderados pelo mulato Chico da Matilde, apelidado de Dragão do Mar, em embarcar escravos no porto do Ceará, em 27 de janeiro de 1881. O movimento culminou com a abolição da escravatura no Ceará, em 25 de março de 1884, fato que Joaquim Nabuco chamou de “episódio decisivo para a causa abolicionista”.

No século XIX ocorreu um grande movimento abolicionista que congregou escravos, operários, classes médias e dissidentes das oligarquias. Esse movimento conquistou a abolição em 13 de maio de 1888.

A abolição da escravidão abriu caminho para expansão do trabalho livre assalariado – possibilitando a consolidação de relações de produção capitalistas.



Com o crescimento do capitalismo foram se fortalecendo duas novas classes: proletariado e burguesia

A luta dessas duas classes iria marcar a história do século XX no Brasil e no mundo. A começar pela luta dos operários por melhores condições de trabalho, salário e direitos trabalhistas:

- As fábricas eram abafadas, mal iluminadas e sem nenhuma higiene.
- Não havia nenhum tipo de Assistência Médica por parte do Estado.
- Não existiam salário mínimo e política salarial.
- Não havia caixas previdenciárias, aposentadoria remunerada, direito as férias ou descanso semanal remunerado.
- Enfim, não havia nenhuma legislação social que protegesse os trabalhadores.

As primeiras organizações operárias e as greves foram duramente reprimidas. Seus líderes eram constantemente espancados, presos e muitas vezes deportados para regiões longínquas

Mas, os trabalhadores com suas lutas foram conquistando aumentos salariais, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho infantil, previdência pública etc.

Estas não foram dádivas de nenhum governo. Embora pudéssemos ter governos mais sensíveis às reivindicações populares.

Aspectos da luta de classes no Brasil

Vimos, anteriormente, a luta dos índios e negros contra a escravidão. Esta compôs uma das mais longas e importantes passagens da luta pela liberdade no Brasil. Falamos também das lutas operárias contra a dominação burguesa.

Agora veremos outros momentos da luta do nosso povo – que são aspectos da luta de classes no Brasil.

ixos de luta do nosso povo ao longo desses séculos:

1. O da luta pela liberdade e democracia;
2. O da luta pela independência e soberania nacionais;
3. O da luta pelo progresso social, pelos direitos e bem-estar do povo trabalhador

No início éramos uma colônia portuguesa. Só produzíamos o que interessava ao comércio colonial. Não tínhamos liberdade e quase todas as nossas riquezas iam para o exterior. Não podíamos nem mesmo ter fábricas ou publicar livros e jornais

A nossa economia era baseada no trabalho escravo e o conjunto do povo não tinha direitos sociais ou políticos.

A luta pela independência e soberania nacionais

Pontos altos da luta pela independência e pela soberania nacionais foram a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1799) e as Guerras da Independência, especialmente no norte e no nordeste.

O processo de Independência só terminou em 1831, com a renúncia de D. Pedro I. Um momento desta luta foi o 7 de setembro de 1822, quando se deu o ato de independência formal do Brasil.

A luta pela verdadeira independência continua até hoje. Passou pela luta pelo petróleo (movimento “O Petróleo é Nosso!”) e contra os acordos lesivos ao Brasil.



Ela também se traduziu na luta pela defesa da cultura popular e nacional – CPC da UNE (Centro popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes), MPB (Música popular Brasileira), Cinema Novo etc.

A luta pela República, contra a dominação oligárquica e o fascismo

Na Monarquia (1822-1889) o povo não decidia sobre seus governantes. O Imperador não era eleito, nem os presidentes de Províncias. Os senadores eram indicados e vitalícios. O voto era censitário: somente os proprietários podiam votar e ser votados. As mulheres não podiam votar nem ser votadas.

Não havia separação entre a Igreja e o Estado.

As sementes da luta republicana também podem ser encontradas nas revoltas desde a colônia. Por exemplo: a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1799) e a Revolução Pernambucana (1817).



A conquista da República em 1889 foi fruto da aliança entre as classes médias e os setores dissidentes das oligarquias. Ela se concretizou através de uma rebelião militar, depois de um grande trabalho de propaganda. Mas a República logo caiu nas mãos dos produtores e comerciantes de café e das oligarquias rurais regionais.

O voto não era secreto e havia uma vasta rede de fraude eleitoral, que garantia a permanência desses setores no poder. O Brasil continuava baseando sua economia na monocultura cafeeira, embora conhecesse um certo desenvolvimento industrial vinculado a ela.



Contra o governo das oligarquias se levantaram os tenentes (1922 e 1924) e se desencadeou a Revolução de 1930. **A Revolução de**

1930 introduziu o voto secreto e feminino, possibilitou um maior desenvolvimento econômico, mas manteve o latifúndio e a dependência. Depois da decretação do Estado Novo chegou a se aproximar do fascismo.



Para combater o avanço do fascismo e os limites do governo Vargas foi formada a ANL (Aliança Nacional Libertadora). Suas bandeiras eram democráticas e antiimperialistas. Colocada na ilegalidade, realizou o levante de novembro de 1935.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a ANL levantou a bandeira da anistia e realizou campanha pelo ingresso do Brasil na guerra contra a Alemanha Nazista.



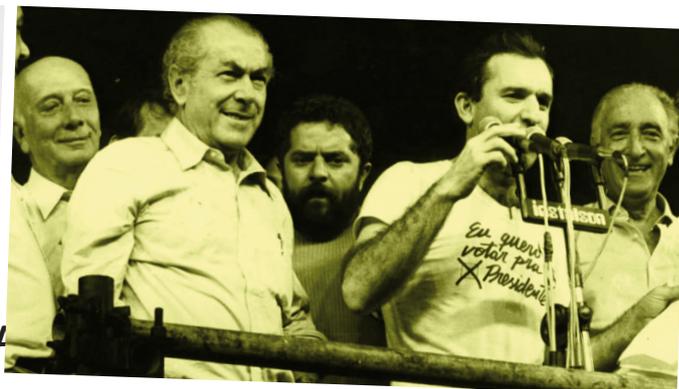
O golpe militar de 1964 veio para barrar os avanços que o povo vinha conseguindo. A luta contra a ditadura militar articulou bandeiras democráticas nacionais e sociais, embora o centro fosse a luta pela democratização do país.

Ela também conheceu diversas formas: passeatas, voto na oposição, greves e a luta armada, que teve o seu ponto alto na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Outra forma foi a resistência cultural na

música, teatro, cinema e literatura.

Contribuíram para derrubar a ditadura os movimentos populares, com destaque para: o Movimento Contra Carestia; as greves operárias no ABC; o Movimento Estudantil.

Entre as campanhas democráticas de massa contra a ditadura podemos citar as lutas pela Anistia (1964-1979), pelas Eleições Diretas para presidência (1984), pelo candidato único das oposições (1985).



Após a derrota da Frente Brasil Popular e a vitória de Collor (1989), começou a luta contra o neoliberalismo, que envolveu movimentos contra as privatizações, contra a redução dos direitos sociais e dos espaços democráticos.

Seus pontos altos foram a campanha “Fora Collor!” – que culminou com destituição do então presidente – e a luta contra o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso).

Estas lutas levaram a uma derrota política e ideológica do neoliberalismo no Brasil e permitiu a eleição de Lula (2002) e sua reeleição (2006).

LIÇÕES DAS LUTAS DO POVO BRASILEIRO

1º Tudo que conseguimos foi fruto da luta de nosso povo. A luta sempre vale a pena.

2º As lutas se apresentam sob várias formas – desde o abaixo assinado até a luta armada. É preciso saber o momento de usar cada uma delas.

3º É imprescindível a unidade de todas as forças políticas e sociais interessadas em cada mudança progressista.

4º É preciso agregar o máximo de aliados possíveis em cada etapa da luta, mas sem nunca perder o rumo em que estamos seguindo. Isso exige amplitude e radicalidade.

5º As lutas conhecem momentos de avanços e de recuos – e podem ter longa duração. Mas a tendência histórica, apesar dos percalços, é sempre o avanço social.



AULA 03 - ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

A DINÂMICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Tópico 1: Noções preliminares sobre a Economia Política Marxista

O que é Economia?

Que quer dizer Economia Política?

Economia



No senso comum, economia quer dizer a boa administração de uma casa ou estabelecimento, particular ou público. Também significa poupança, contenção ou moderação de despesas. É a forma de conseguir os melhores resultados em menos tempo e despendendo menos recursos.

De modo geral, economia relaciona-se às normas e práticas de produção e aplicação de recursos para a sobrevivência (pessoal, familiar ou social).

A economia de uma sociedade diz respeito ao modo como as pessoas se relacionam entre si e com a natureza para a produção, reprodução e repartição dos meios necessários à sua sobrevivência.

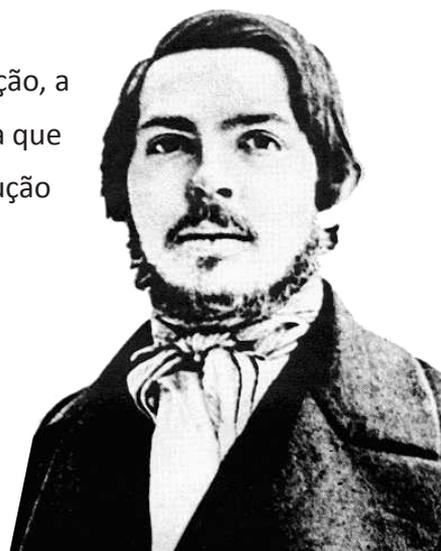
A Economia e a Economia Política como áreas do conhecimento

Economia é a ciência que estuda a produção, a acumulação, a distribuição, a circulação e o consumo de bens e serviços. **Economia Política** é a ciência que estuda as **relações sociais** que se estabelecem na produção e reprodução dos meios de existência das sociedades.

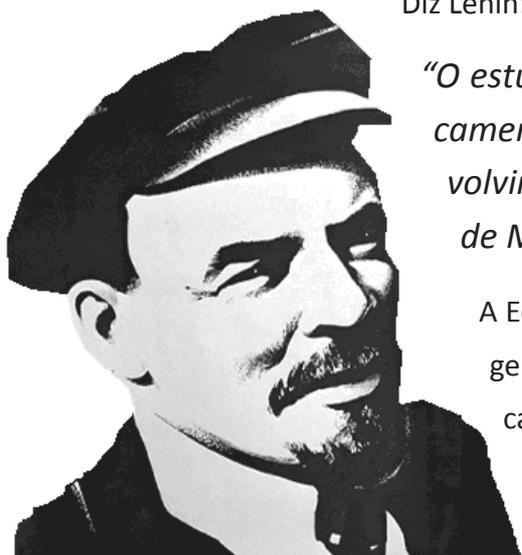
Economia Política

Segundo Engels:

“A Economia Política, no sentido mais amplo, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios da vida na sociedade humana.”



Em que consiste a Economia Política Marxista?



Diz Lênin:

“O estudo das relações de produção de uma sociedade historicamente determinada e concreta no seu nascimento, desenvolvimento e declínio, tal é o conteúdo da doutrina econômica de Marx”.

A Economia Política Marxista é o conjunto da produção de Marx, Engels, Lênin e continuadores sobre a crítica do modo de produção capitalista e as perspectivas de sua superação.

Marx dedicou seus estudos à crítica da economia política burguesa. Essa crítica se consolidou na sua maior obra: **O Capital**.

O que nos ensina a Economia Política Marxista sobre o papel da economia no desenvolvimento da sociedade?

A Economia como determinação de “última instância” da História da Sociedade

Como vimos na aula sobre *Origem e Desenvolvimento da Sociedade*:

- O MODO DE PRODUÇÃO (composto pelas Forças Produtivas e pelas Relações Sociais de Produção) constitui a base econômica, ou a infra-estrutura de uma sociedade;
- Os aparelhos ideológicos de Estado: as leis, as instituições de diversos tipos – e as ideias da classe dominante numa determinada época – constituem sua superestrutura jurídico-política e ideológica.

Para a Economia Política marxista:

- Os elementos econômicos mantêm relações recíprocas com os jurídico-políticos e ide-



O Capital – Karl Marx
Em alemão: *Das Kapital*

Marx dizia que *O Capital* era a obra de sua vida. Começou a escrevê-la durante a década de 40 do século XIX e trabalhou nela até sua morte.

São quatro livros e nove volumes.

O Livro 1 – O processo de produção do capital – foi concluído em 1867. Tem dois volumes e foi o único publicado com Marx ainda em vida.

A publicação dos dois livros seguintes ficou a cargo de Engels:

Livro 2 – O processo de circulação do capital (1885), num único volume;

Livro 3 – O processo global da produção capitalista (1894), em três volumes.

Em 1905, com Engels já falecido, Kautsky publica o Livro 4 – Teorias da Mais Valia, em três volumes.

Finalmente, surge o Capítulo VI Inédito – Resultados do processo de produção imediata.

Trata-se de um texto que seria o sexto capítulo do Livro 1, mas que Marx decidiu não incluí-lo. Foi descoberto pelos soviéticos entre os manuscritos originais e publicado pelo Instituto Marx-Engels-Lênin de Moscou, em 1933.

ológicos; as condições que determinam o caminho materialmente possível de ser seguido são as econômicas.

Porém, essa determinação não é mecânica, nem automática, nem imediatamente perceptível. Por outro lado, a superestrutura jurídico-política também pode interferir na infraestrutura. Por exemplo, uma lei que limita o regime da propriedade da terra (a reforma agrária, como produto das relações políticas e sociais) altera as bases da produção naquela sociedade.

É isso que Marx e Engels chamam de determinação “em última instância”.

Quer dizer, se formos buscar as raízes mais profundas das transformações da sociedade, encontraremos: as exigências de produção e reprodução dos meios de sobrevivência humana; os modos e processos pelos quais as pessoas procuram resolver os problemas relativos à satisfação de suas necessidades e como se organizam para isso.

A Infra-estrutura e a Superestrutura – correspondência e interdependência

A Infra-estrutura de uma dada sociedade é determinada pelas relações que se estabelecem **entre as forças produtivas** e as **relações de produção** existentes no seu **modo de produção principal**. Numa formação social concreta pode haver mais de um modo de produção, mas sempre um deles será amplamente dominante.

Por exemplo, o escravismo – que superou a sociedade comunal primitiva – foi, na antiguidade, o modo de produção predominante. Esse regime foi, na Europa, substituído pelo feudalismo, que se tornou o principal modo de produção. Hoje é o capitalismo o modo de produção hegemônico, que convive com experiências mais avançadas (socialistas) ainda não predominantes e com formas residuais arcaicas.

Assim também o Brasil, como a grande maioria das sociedades modernas, é um país capitalista. Aqui ainda existem tribos vivendo em um modo de produção comunal primitivo e ainda se observa a pequena propriedade camponesa sobrevivendo às margens do grande latifúndio capitalista no campo.

Porém, a contradição econômica principal é a de subordinação do trabalho assalariado pelo capital.

Tópico 2: Noções econômicas sobre o desenvolvimento da sociedade

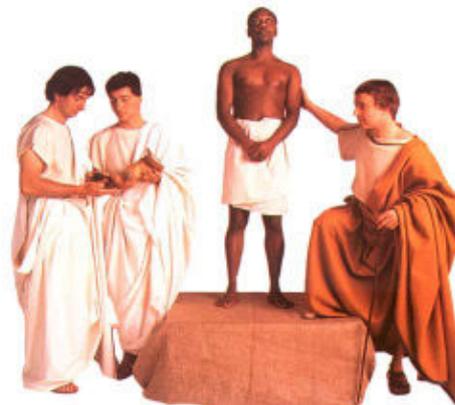
Como se desenvolveu a sociedade, até chegar ao capitalismo?

2.1 - Noções econômicas sobre as formações sociais anteriores ao capitalismo

A sociedade comunal primitiva

A sociedade comunal primitiva caracterizava-se por um baixo desenvolvimento das forças produtivas. Era uma sociedade de: trabalho coletivo; propriedade coletiva dos meios de produção; distribuição coletiva do produto do trabalho social.

Não existiam classes sociais, devido à incapacidade de



geração de excedente econômico passível de exploração e apropriação privada.

As comunidades indígenas de hoje nos dão uma ideia de como era a sociedade comunal primitiva, do ponto de vista da produção coletiva e da repartição dos bens produzidos. Mas a produção naquela época era bastante limitada, os instrumentos de trabalho eram rudimentares, a natureza difícil de ser transformada. Praticamente só se produzia para a alimentação.

O Escravismo

No escravismo, a exploração e a apropriação privada dos excedentes econômicos influíram no desenvolvimento da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, no desenvolvimento das forças produtivas e da superestrutura social.

Comparada à comunidade primitiva, na sociedade escravista: a produção artesanal especializada diversifica-se e melhora a qualidade; amplia-se, em muito, a quantidade de bens de consumo e ferramentas de trabalho disponíveis para as pessoas.

O Feudalismo

No feudalismo, a servidão no campo (ou o regime de exploração) caracterizava-se: pela existência da corveia (trabalho gratuito e compulsório nas terras específicas do senhor feudal); pelo imposto em espécie (um percentual ou cota da produção), cobrado aos camponeses pelos senhores feudais em nome da “concessão” da posse da terra, vital para a subsistência dos camponeses. Os aumentos de impostos le-

varam a uma série de revoltas e rebeliões camponesas.

O feudalismo foi um regime superior ao escravismo, uma vez que o camponês não era proprietário do senhor. Era preso à terra, produzindo para o senhor feudal, mas podendo tirar, para seu sustento, parte do que produzia. Com a melhoria dos instrumentos de trabalho, aumentava sua produtividade e alcançava benefícios, pois, se gerava mais excedente para o senhor feudal, ele também obtinha mais produtos para a sua subsistência.

Entretanto, as corporações de ofício, ao estabelecerem normas para funcionamento das oficinas artesanais e limites no número de oficinas e de aprendizes a serviço de cada mestre artesão, acabaram por entrar o processo de desenvolvimento das forças produtivas no feudalismo, sendo um dos elementos provocadores da crise deste sistema.

Transição do feudalismo ao capitalismo

O declínio do feudalismo como modo de produção predominante abre espaços para a emergência do capitalismo. Elementos que influenciaram nessa transição:

- a expansão colonial europeia;
- a formação de um mercado mundial de troca de mercadorias (a Europa especializa-se na produção de produtos manufaturados e suas colônias se especializam na exportação de produtos primários).
- a passagem dos feudos aos burgos e o processo de acumulação primitiva de capital.

BURGOS

Os burgos – castelos que se transformaram em vilas – eram pequenas cidades medievais, protegidas por fortalezas.

Com o avanço do comércio:

- os burgos tiveram sua população aumentada;

- conseguiram se desvencilhar do controle dos senhores feudais;

- passaram a concentrar artesãos, comerciantes de todo tipo e pessoas que se afastavam das atividades agrícolas dos feudos, buscando maior liberdade para comercializar seus produtos.

Esta é a origem das palavras: Burguês e Burguesia.



Constituiu-se, assim, a grande indústria capitalista que emprega e explora o trabalho assalariado.

O modo de produção capitalista é caracterizado pela venda da força de trabalho dos não proprietários dos meios de produção em troca de um salário correspondente ao mínimo necessário à sua subsistência.

A apropriação do trabalho excedente na forma de mais valia é a fonte do crescimento e da perpetuação da desigualdade econômica e social entre os capitalistas (proprietários dos meios de produção) e os proletários (proprietários da força de trabalho).

O permanente desenvolvimento das forças produtivas eleva a produtividade do trabalho e diminui a necessidade de emprego dos trabalhadores, criando uma superpopulação relativa ou um exército industrial de reserva (trabalhadores desempregados). Ao mesmo tempo, aumenta os lucros dos capitalistas e acirra as contradições e a luta de classes entre proletários e burgueses.

A apropriação do trabalho excedente na forma de mais valia é a fonte do crescimento e da perpetuação da desigualdade econômica e social entre os capitalistas (proprietários dos meios de produção) e os proletários (proprietários da força de trabalho).

2.2 - O Capitalismo

Após um longo processo de acumulação primitiva do capital – cujo centro foi a constituição de um contingente de trabalhadores alienados dos meios de produção e aptos para serem explorados – eclodem as revoluções burguesas (revoluções dirigidas pela burguesia). Com elas, as relações de produção e a superestrutura (em conflito no feudalismo), ajustam-se às novas forças produtivas.

MAIS VALIA

O capitalista adianta dinheiro (D) para a compra da força de trabalho e dos meios de produção. Os operários produzem uma nova mercadoria (M) com a ajuda dos meios de produção. O capitalista vende a mercadoria produzida por mais dinheiro (D') do que o investido ou adiantado.

$$D \Rightarrow M \Rightarrow D'$$

A mercadoria produzida pelo operário é vendida por mais do que ele recebe como salário. A fonte da mais valia é o trabalho não remunerado.

Em média, um operário produz em um dia (ou em uma hora, ou em qualquer unidade de tempo de trabalho) um certo valor em dinheiro, mas o salário que recebe é o equivalente apenas a uma fração desse valor.

Quer dizer, o operário recebe o equivalente a apenas uma parte do período de trabalho. O valor produzido na outra parte, não remunerada, é a MAIS VALIA.

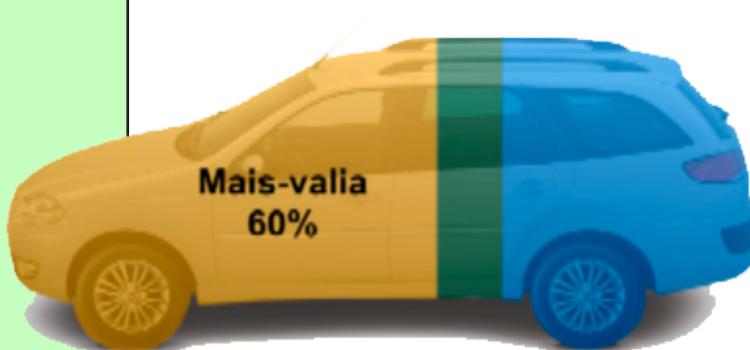
Foi Marx quem desvendou este "segredo" da acumulação de riquezas no capitalismo.

Por exemplo, como vimos no CBV (Curso Básico em Vídeo):

Parte azul: meios de produção (matéria prima, autopeças, combustíveis, energia, etc...) - propriedade do capitalista;

Parte verde: força de trabalho (do operário) - vendida ao capitalista, em troca do salário;

Parte amarela: mais valia (o trabalho não remunerado).



No exemplo, o carro no valor de R\$ 20 mil, pertence ao patrão. Ele repõe os meios de produção (R\$ 6 mil - 30%) e paga os salários (R\$ 2 mil - 10%). Todo o resto, a parte amarela (R\$ 12 mil - 60%), é a mais valia. Os trabalhadores a produziram, mas quem fica com ela é o capitalista industrial, que a divide com os comerciantes (através das taxas de revenda), os banqueiros (através dos juros) e o Estado capitalista (através dos impostos).

E o Socialismo?

No socialismo, a economia caracteriza-se pela intervenção do estado no sentido de, progressivamente:

- substituir a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social dos mesmos;
- substituir a lógica concorrencial e anárquica do mercado pela produção coletiva, conscientemente e centralmente planejada.

O socialismo é um longo período de transição do capitalismo ao socialismo. **Isto será tratado na Aula 4.**

Tópico 3: Noções sobre a evolução e as contradições do sistema capitalista

O Capitalismo já nasceu com as grandes fábricas?

Surgiu em todos os países ao mesmo tempo e do mesmo jeito?

3.1 - A transição do feudalismo ao capitalismo

A acumulação primitiva do capital

A acumulação primitiva do capital constituiu-se no processo que originou a sociedade capitalista, [na transição do feudalismo para o capitalismo](#). Este processo se deu sob a forma de dissolução das relações feudais no campo através da substituição da lavoura de cereais por pastagens que empregavam menos trabalhadores.

Tal mudança ocasionou a dissolução da posse e produção camponesas e o arrendamento das terras aos empresários capitalistas rurais, que passaram a: empregar e explorar o trabalho assalariado; pagar ao proprietário da terra uma renda em dinheiro, que é parte do excedente expropriado dos trabalhadores.

As terras anteriormente utilizadas pelo conjunto dos camponeses para sua subsistência são usurpadas através do “cercamento”. Isto promove uma grande expulsão dos camponeses, ocasionando o seu êxodo do campo para a cidade.

Os limites da capacidade de produção de mercadorias pelas oficinas artesanais (submetidas

às regras das corporações de ofício) são superados pelo desenvolvimento:

- da [manufatura](#) – que já se utiliza da divisão técnica do trabalho assalariado sob o comando do capitalista, proprietário dos meios de produção;
- da [grande indústria capitalista](#) - que já se utiliza da máquina a vapor.

A afirmação da [empresa capitalista](#) levou à destruição da oficina artesanal e do trabalho autônomo, transformando artesãos em [trabalhadores assalariados](#).

A utilização da mão de obra expulsa do campo e as leis sanguinárias que obrigavam os trabalhadores a aceitarem qualquer salário e condições desumanas de trabalho geraram superlucros na acumulação de capital.

O processo de acumulação primitiva completou-se com a sistemática espoliação dos povos colonizados.

Cooperação e Manufatura

A cooperação:

É a forma de trabalho de muitos trabalhadores coordenados e reunidos com o auxílio de um plano no mesmo processo de produção ou em processos distintos, mas encadeados.

O trabalho em cooperação caracteriza-se por exigir um número mínimo de trabalhadores e pela necessidade de um plano que direcione o processo.

O trabalho em cooperação é uma condição para a produção capitalista, uma vez que o produtor somente se torna capitalista

quando emprega simultaneamente certo número de trabalhadores e quando, a partir do lucro auferido, pode dedicar-se somente às funções de direção e vigilância.

A partir do trabalho em cooperação é que surgem as funções diferenciadas no processo de produção, o que permite então que surja e se mantenha uma classe de indivíduos, os capitalistas, que vivem do produto do trabalho de outros, os proletários.

A Manufatura

O surgimento da manufatura está relacionado, principalmente, com o desenvolvimento dos processos de: mercantilização da produção; divisão social do trabalho; expansão dos mercados; proletarização dos produtores independentes; centralização do dinheiro nas mãos de comerciantes e usurários.

A manufatura representa um avanço na forma de organização da produção, pois embora seja baseada na divisão do trabalho, suas vantagens derivam de seu caráter geral de cooperação.



A organização manufatureira, ao parcelar as tarefas, produz uma menor qualificação do trabalho, reduzindo assim o valor da força de trabalho empregada, e uma maior especialização das ferramentas, condi-

ções determinantes para a valorização do capital e para a aquisição do lucro por parte de capitalista.

Na manufatura a subordinação do trabalho ao capital é ainda uma subordinação formal, pois do ponto de vista material é ainda o trabalhador, apesar de tudo, quem domina o ritmo de produção e regula o processo de trabalho.

Tal realidade impede o constante aumento da produtividade do trabalho necessário ao capital e torna o processo de produção baseado na organização manufatureira insuficiente para os desígnios do capital.

3.2 - Da consolidação do capitalismo à sua etapa imperialista

A Grande Indústria

No processo de constituição da grande indústria, deve-se inicialmente partir dos elementos básicos do modo de produção capitalista:

- o trabalho assalariado;
- o dinheiro em condições de se transformar em capital.

Tanto o trabalho assalariado quanto o capital surgem em meio a um processo de:

- progressiva divisão social do trabalho;
- expansão e unificação de mercados;
- transformações da organização da produção.

Realçando o fato de que a forma de organização da

produção anterior à grande indústria, a manufatura, impedia a plena expansão do capital ao entravar a generalização do trabalho assalariado e da produção mercantil.

O processo de constituição do capitalismo só se completa com o surgimento da produção mecanizada, organizada com grande indústria, pois a plena implantação do capitalismo exige a constituição de bases técnicas próprias, ou seja, a gestação de forças produtivas adequadas à relação social fundamental deste regime de produção.

Este movimento de constituição da grande indústria é, de fato, o momento final do processo, pois sua ocorrência exige pré-existência de:

- força de trabalho livre;
- capital monetário centralizado;
- mercados relativamente desenvolvidos.

Mas a grande indústria é o momento final do processo de constituição do capitalismo, também porque, a partir de sua implantação, estão garantidos a generalização do trabalho assalariado e o pleno domínio do capital, ou seja, a autodeterminação do capital.



O Desenvolvimento desigual

Diz João Amazonas:

“O capitalismo desenvolveu-se de forma desigual. Onde houve a revolução burguesa e se romperam os entraves feudais, o país avançou. Em muitos outros, melhor dito, na maior parte, a revolução radical não se fez, o capitalismo penetrou conservando a velha estrutura atrasada que os tornou presas fáceis do atraso e da dependência”.

O que é o desenvolvimento desigual?

Em determinado período histórico, o mundo se divide em dois tipos principais de países: as colônias e os países que possuem colônias.

Esses últimos se tornam potências imperialistas, cujo desenvolvimento científico e tecnológico faz aumentar seu poderio e determina a estagnação dos países dependentes, as colônias.

A partir de então passa a predominar a concorrência entre grupos de empresas (**monopólios**) na conquista de novos mercados.

Imperialismo: fase monopolista do capitalismo

“A partir dos fins do século XIX o capitalismo transformou-se em imperialismo. Contudo, o imperialismo não é uma nova formação econômico-social (...)

A transformação se dá, fundamentalmente, com a concentração do capital, da produção, dos meios de transporte, da propriedade do solo e do subsolo etc.

Esta concentração gera o monopólio, que conduz à formação do capital financeiro, que é a fusão do capital industrial e do capital bancário”.

(João Amazonas)



O imperialismo marca uma nova fase da evolução do capitalismo, na qual a concorrência entre empresas é substituída pela concorrência entre monopólios.

Do ponto de vista econômico, o imperialismo se vincula ao processo de concentração monopolista nos países centrais onde a grande quantidade de capital excedente, o capital financeiro, para ser realizado tem que ser exportado.

Do ponto de vista político, o imperialismo passa a ser definido como o ato de uma Nação estender sua soberania sobre outras nações.

Traços fundamentais do imperialismo:

- a) a concentração da produção e do capital gera a formação dos monopólios, que passam a desempenhar uma função decisiva na vida econômica;
- b) a fusão do capital bancário com o capital industrial cria o capital financeiro e uma oligarquia financeira internacional;
- c) a exportação de capital passa a adquirir uma importância maior que a exportação de mercadorias;
- d) as associações monopolistas internacionais das grandes potências passam a dividir o mundo entre si.

Decorrências do Imperialismo:

A continuidade e o acirramento da concorrência no capitalismo monopolista tornam mais frequentes e inevitáveis as crises do sistema, aumentando a tendência à eclosão de guerras, em função do desenvolvimento desigual das potências.

A expansão imperialista assume formas de subordinação econômica de Estados que mantêm independência política apenas formal.

Forma-se uma “aristocracia operária” no interior do proletariado, que acaba servindo de base social de apoio para políticas reformistas no interior do movimento operário.

O movimento revolucionário mundial desdobra-se em duas vertentes que se reforçam mutuamente:

- a luta do proletariado contra a burguesia nos países centrais
- e a luta antimperialista dos povos nos países coloniais e dependentes.



Tópico 4: Formação Capitalista no Brasil

Como o Brasil se tornou um país capitalista?

4.1 - Da Colônia às primeiras décadas da República: predomínio da economia agrária, exportadora e dependente

No período colonial (até 1822), a economia brasileira dependia dos interesses da Metrópole (Portugal) e de suas relações internacionais.

Nas primeiras décadas de 1500 predominou a extração do pau-brasil.

Depois a economia passou a apresentar as seguintes características essenciais, combinadas:

- os **latifúndios**: grandes extensões de terra, de propriedade privada, na maioria improdutivo ou com produção concentrada;
- a exploração do **trabalho escravo** (de indígenas e africanos);
- a **monocultura**: predomi-nância de um único produto ou setor produtivo, em detrimento de outros;
- voltada para a **exportação de produtos primários** (açúcar e café, por exemplo).

A economia brasileira passou pelas seguintes monoculturas: do açúcar, da mineração (especialmente o ouro), do café e da borracha.

Cada monocultura durou determinado período (também conhecido como ciclo), após o qual o produto continuou existindo na economia, mas

não como predominante.

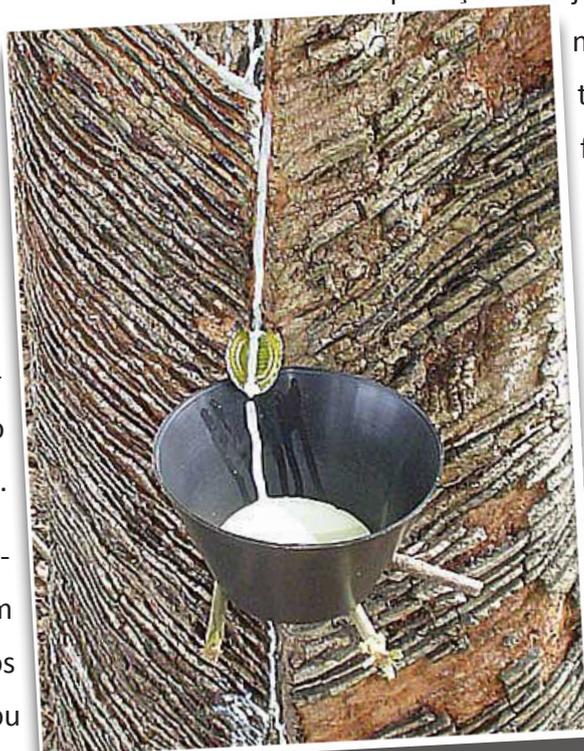
A opção pelo açúcar deu-se pela possibilidade de se obter um bom lucro com seu preço (à época, muito elevado), tornando a ocupação e exploração do Brasil um empreendimento rentável para a burguesia e para a coroa de Portugal, durante a maior parte do século XVI (1500) e todo o século XVII (1600).

A contrapartida para os colonos brancos era a importação dos bens manufaturados vendidos exclusivamente por mercadores portugueses (“Pacto Colonial” ou Colonização por Exploração).

No século XVIII (1800) iniciou-se a exploração do ouro encontrado na região do atual estado de Minas Gerais.

Ao longo daquele século, graças a uma intensa exploração das jazidas ali existentes, a região mineira passou por um acentuado crescimento demográfico e urbano e a economia portuguesa sustentou-se por mais um período com base na intensa extração dos recursos aqui obtidos.

Parte significativa do ouro daqui retirado contribuiu para a acumulação de capitais da burguesia inglesa, à época produtora de manufaturas e fornecedora de diversos produtos aos portugueses, que pagavam com o ouro brasileiro.



portugueses, que pagavam com o ouro brasileiro.

Ao final do século XVIII a produção entrou em decadência.

A economia cafeeira



1ª fase de exportação do café:

No século XIX, a partir das décadas de 1830 e 1840, o café passou a ser um produto de consumo mundial, notadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, o que estimulou a sua produção em larga escala no Brasil, a partir das lavouras iniciais já existentes no Vale do Paraíba, entre São Paulo e o Rio de Janeiro.

Adotou-se para o café a velha estrutura colonial: **latifúndio monocultor** + **trabalho escravo** com **objetivo exportador**, gerando uma nova economia concentradora de renda e poder político.

2ª fase de exportação do café:

Em meados do século XX o café tornou-se o principal produto de exportação do Brasil:

- em função de sua expansão pelo Vale do Paraíba e pelo Oeste Paulista, vivenciou uma modernização de caráter conservador;
- com o desenvolvimento de infraestrutura básica (ferrovias, portos), comunicações (telex, telefone) e a criação das primeiras indústrias (alimentícias, têxteis);



- o surgimento de novas cidades nas regiões cafeeiras e o crescimento econômico de São Paulo.

A partir de 1850, o Brasil vivencia a **proibição do tráfico negro**, a lenta decadência da escravidão e as pressões e lutas pela sua total eliminação. Começam a chegar os **imigrantes europeus** para trabalhar nas fazendas do Oeste Paulista. O trabalho escravo passa a ser substituído pelo **trabalho livre** (em regimes de Colonato, Parcerias e Assalariamento).

Já na República, no início do século XX, o café era o principal produto que o Brasil exportava e os cafeicultores ampliaram em demasia a sua produção sem uma correspondência na expansão do consumo no mercado internacional, que contava agora com novos países, o que conduziu a uma queda acentuada nos preços internacionais.

Sozinho o Brasil produzia em torno de 22 milhões de sacas de café contra um consumo médio anual de 16 milhões de sacas.

A “salvação da lavoura” foi o **Convênio de Taubaté**, firmado entre o governo federal e os produtores, aprovado em 1906.

O Convênio de Taubaté se baseava na realização de novos empréstimos para a compra dos excedentes de café, na criação de um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado a fim de custear os juros destes empréstimos e na adoção de medidas que procurassem desencorajar o surgimento de novas lavouras.

Contudo, a produção vivenciou um novo impulso, uma vez que os preços mínimos estavam devidamente garantidos pelo intenso subsídio estabelecido naquele acordo, obrigando o Governo a contrair novos empréstimos e aumentando assim, a dívida externa brasileira.

A política do Convênio de Taubaté serviu para adiar o fim do ciclo do café, que acabou ocorrendo com o “crash” da Bolsa de Valores de Nova York em 1929.

A Grande Depressão e alguns efeitos sobre a economia mundial e sobre a cafeicultura brasileira

Entre 1929 e 1931, a produção norte-americana de automóveis caiu pela metade. A produção geral da indústria dos EUA caiu em um terço no mesmo período.

Entre 1929 e 1932, as exportações e importações (trigo, seda, borracha, chá, cobre, algodão, café etc.) despencaram em taxas de 70%. Em 1929, apenas nos EUA, 4,6 milhões de trabalhadores tinham perdido seus empregos.

Em outubro de 1931, eram 7,8 milhões; em 1932, somavam 11,6 milhões; e em 1933 havia nos EUA 16 milhões de desempregados, 27% de toda força de trabalho do país.

4.2 - A Crise dos Anos 1930 e o Processo de Industrialização no Brasil

A crise se expandiu para todo o sistema capitalista. O comércio mundial caiu 60%. Houve uma crise na produção básica de alimentos e matérias-primas devido à queda vertiginosa dos preços destes produtos.

No pior período da depressão, entre 1932 e 1933,

o desemprego chegou a níveis nunca vistos na história do capitalismo. Na Inglaterra, o índice chegava a 23%. Na Alemanha, a taxa de desemprego atingiu 44%, abrindo espaço para uma intensa polarização político-ideológica entre nazistas e comunistas que culminou com a ascensão de Hitler ao poder no início de 1933.

A política para o café no 1º governo de Getúlio Vargas

A revolução de 30, com Vargas à frente, alterou o quadro de forças no país ao afastar a oligarquia cafeeira do poder central.

Ao mesmo tempo, face ao colapso da economia internacional a partir do Crash da Bolsa de Nova York, que conduziram a uma política de restrição de créditos ao exterior e adoção de forte política protecionista e sobretaxa às importações, a produção cafeeira brasileira entra em definitivo colapso.

Vargas, como forma de evitar que o colapso da super-



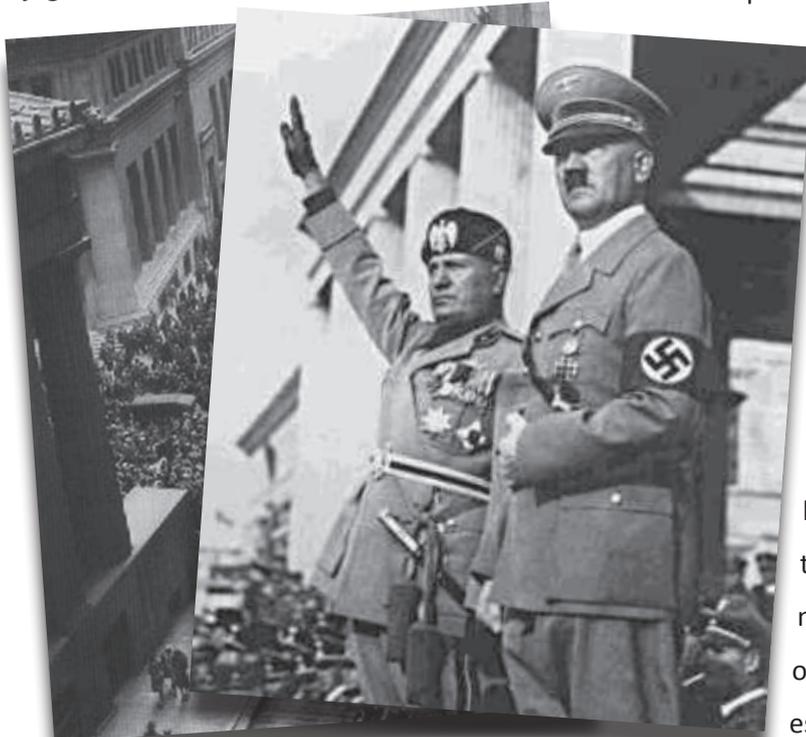
produção de café atingisse o país como um todo, providenciou um conjunto de ações que visavam ao equilíbrio entre a produção e o consumo:

- Através da compra dos estoques e impostos sobre a exportação, iniciou a destruição do excedente do café. A partir de 1931 foram queimadas ou jogadas ao mar aproximadamente 80 milhões de sacas.
- Proibiram-se novas plantações por um prazo de três anos e reduziram-se as despesas de produção através da redução dos salários e dos débitos dos fazendeiros em 50%.

Tais medidas evitaram o aprofundamento da crise e garantiram certa estabilidade econômica imediata, possibilitando, ao lado de um conjunto de outras medidas, uma reorientação mais efetiva rumo à industrialização.

A Política de Vargas para o desenvolvimento industrial nos anos 30 e 40

Em paralelo, Vargas inicia um processo de aprofundamento da industrialização no país e para isto conjugam-se três fatores fundamentais:



a) a determinação política de romper com a chamada “Vocação Agrária” do Brasil, muito defendida pelas elites rurais da República Velha, a partir de um conjunto de medidas estimuladoras do desenvolvimento industrial;

b) a Grande Depressão iniciada com a crise de 1929, com a desestruturação temporária de parte do parque industrial das grandes potências capitalistas;

c) o período da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Vargas procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava no incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país.

A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares.

Além disto, isenções foram criadas para exportações de bens de capital e as indústrias de base tiveram grande desenvolvimento, mecanismo fundamental para fornecer às indústrias a matéria prima necessária à produção de bens duráveis.

É criado o Conselho Nacional do Petróleo (1938). E são fundadas as empresas: Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Companhia Vale do rio Doce (1943); Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

Também foram tomadas outras medidas, que contribuíram para a consolidação da indústria brasileira naquela fase: a regulamentação do trabalho pela Legislação Trabalhista; a regulamentação sindical e das leis previdenciárias; a organização corporativa da indústria, abrindo espaço no Congresso e no Executivo para reivindicações.

O Estado foi o agente deste esforço de transformação: mobilizando os recursos externos e internos; criando incentivos à produção doméstica; apoiando a indústria nacional; buscando ao mesmo tempo atrair os investimentos externos necessários.

Sob o impacto deste conjunto de políticas, observou-se a incorporação dos principais atores da ordem capitalista em formação, empresários e trabalhadores industriais.

Concluindo

A constituição do capitalismo brasileiro ganhou impulso definitivo após a Revolução de 30, com a ascensão de novas forças políticas lideradas por Getúlio Vargas.

O Estado, antes limitado aos interesses das oligarquias rurais, passou a voltar suas atenções para a indústria, possibilitando o desenvolvimento de um capitalismo industrial tardio.

Inicialmente, tal capitalismo era predominantemente nacional, processo que se prolongou até os anos 1950.

Com Juscelino Kubstchek de Oliveira (Presidente do Brasil entre 1956 e 1961), o capitalismo brasileiro passou a ter a presença crescente dos grandes capitais internacionais e a instalação de parques industriais controlados pelo imperialismo.

Nosso capitalismo foi tardio e tornou-se acentuadamente dependente.



AULA 04 - SOCIALISMO

O SOCIALISMO COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Tópico 1: A luta pelo socialismo é uma expressão mais elevada da luta de classes

Como e quando nasceram as idéias sobre o socialismo?

Historicamente as classes exploradas lutaram contra e sempre combateram a exploração.

As ideias sobre o socialismo nasceram com o aprendizado dos operários na luta contra a exploração capitalista.

A luta pelo socialismo, desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista, em 1848, tornou-se palavra de ordem a todos os trabalhadores do mundo: “Proletários de todos os países, uni-vos!” – uma frase lapidar de Marx & Engels.

A história do movimento operário demonstra que as batalhas entre proletários e capitalistas evoluiu sob diversas formas. Sua forma inicial incluiu a luta pela proibição da utilização de mão-de-obra infantil, pela redução de jornada de trabalho, por melhores salários, pela organização em sindicatos.

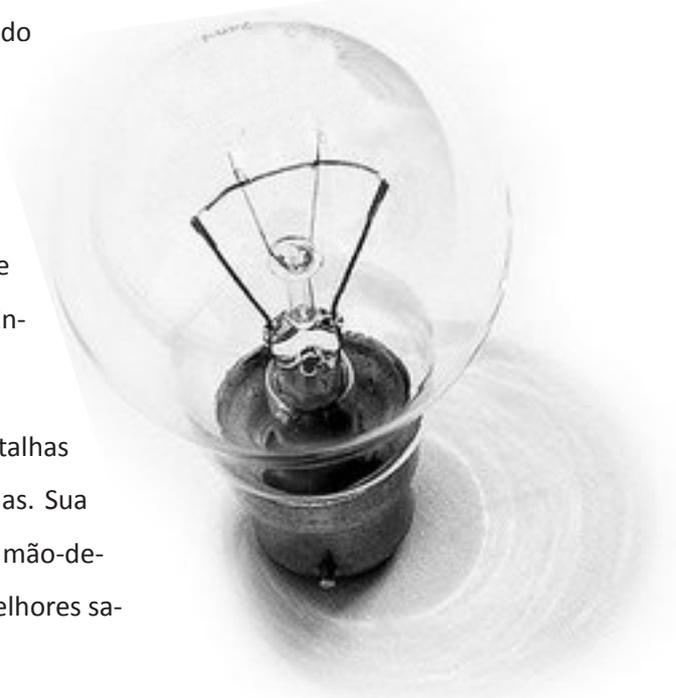
Todos os direitos trabalhistas, como férias remuneradas, 13º salário, licença-maternidade e outros somente foram possíveis com a luta abnegada de várias gerações proletárias. Os direitos civis também foram conquistados à força, pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Por exemplo: o direito ao voto (sufrágio universal); o direito à liberdade de credo religioso.

Outras grandes lutas – por direitos iguais para as mulheres, contra a discriminação racial – tiveram à sua frente organizações de classe, e foram, em sua maior parte, bandeiras de mulheres e homens em defesa de ideias socialistas e comunistas.

O proletariado, desde que se constituiu como classe, fez surgir as primeiras ideias de emancipação social. No nosso país, por exemplo, a nascente classe operária brasileira, desde o início do século XX realizou greves e outras importantes batalhas, tanto pelos direitos trabalhistas quanto pelos seus direitos civis.

O socialismo é consequência das contradições da sociedade capitalista:

- **Trabalho X Capital** - Nesta Relação o capital é supervalorizado em prejuízo do trabalho sempre subvalorizado.
- **Produção social X Apropriação privada** - Enquanto a produção de bens e riquezas são frutos do trabalho

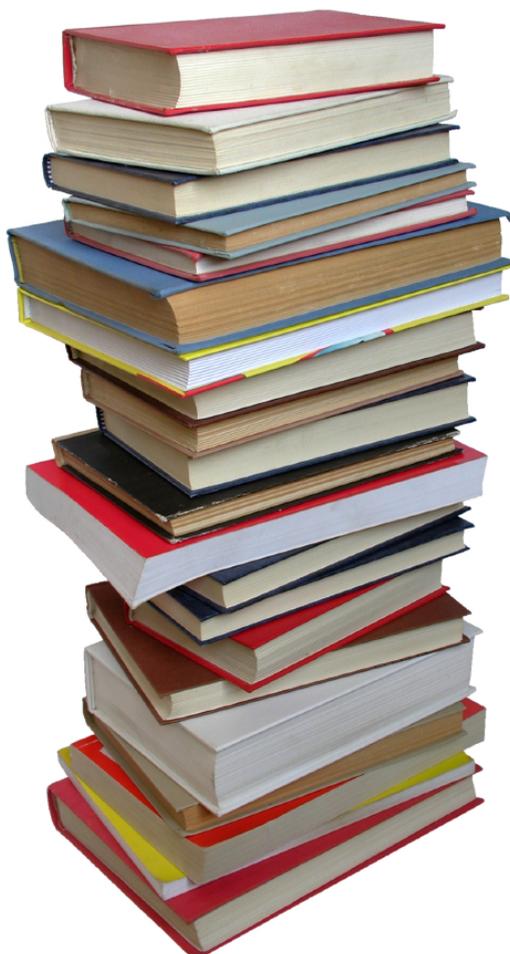


coletivo, essa riqueza vai para as mãos de poucos.

- **Organização do trabalho X Anarquia da produção no seio da sociedade** - Nas fábricas, nas empresas, a produtividade do trabalho é cada vez maior e mais organizada; enquanto isso, a produção é regida pela competição acirrada dos monopólios e oligopólios.
- **Proletariado X Burguesia** - Essa é a principal contradição sendo inclusive na visão marxista o motor da história. São classes cujos interesses fundamentais são inconciliáveis.

As contradições do capitalismo criam as condições para o surgimento de um projeto de emancipação social. A proposta do socialismo surge como resultado das lutas políticas, econômicas e teóricas travadas num longo período da luta de classes. De início, essas lutas manifestam a expectativa de correção das injustiças, com a ampliação dos direitos, mas sem questionamento ao capitalismo. Posteriormente, elas vão além de reivindicação de direitos elementares e passam a propor a substituição do capitalismo e a construção de uma nova sociedade.

Surge assim o Socialismo Científico sistematizado por Marx e Engels e explicitado como projeto político com a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848: **“O proletariado alçado ao grau de classe dominante, liberta a si e a toda a humanidade”**.



Por que este livro – Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels – embora pequeno, é tão importante?

Ele é importante porque representa um salto no grau de consciência política dos trabalhadores. Em decorrência de um aprendizado de praticamente um século a vanguarda dos trabalhadores chegou à conclusão de que a exploração, a miséria, a fome, as guerras, enfim, todas as mazelas do capitalismo só irão acabar se a classe trabalhadora conquistar o poder político e no exercício desse poder construir uma nova sociedade, sem exploradores e sem explorados: a sociedade socialista.

Tópico 2: Socialismo - superação do capitalismo e transição ao comunismo

Que quer dizer socialismo científico?

Em que ele se diferencia de outras concepções de socialismo?

2.1 O Socialismo Científico

O socialismo é uma necessidade histórica. Assim como o feudalismo foi superado pelo capitalismo, o capitalismo – envolto em crises, guerras e impasses – será suplantado pelo socialismo. É esta a base da elaboração do Socialismo Científico.

O Socialismo Científico consiste na exposição do modo capitalista de produção em suas conexões históricas, pondo a nu seu caráter interno, suas contradições até então não percebidas.

Reconhece o capitalismo como modo de produção necessário para uma determinada época histórica, demonstrando também a necessidade e possibilidade de sua superação.

As ideias sobre o socialismo ganham corpo científico a partir da produção teórica de Karl Marx e Friedrich Engels, com base na economia política inglesa, na filosofia clássica alemã e no movimento socialista francês.

Para entender melhor, vamos retomar o que foi visto na Aula 2 (Estado e Classes) e na Aula 3 (Economia Política): O **Modo de Produção** é a articulação dinâmica das Forças Produtivas (meios de produção + força de trabalho) com as Relações de Produção.

No **modo de produção capitalista**: As Forças Produtivas têm como principais *meios de produção* as indústrias, com maquinaria moderna e matérias primas já transformadas. E a principal *força de trabalho* é a mão de obra dos trabalhadores, dos operários.

As Relações de Produção são de exploração. Os *meios de produção* são propriedade privada dos capitalistas. Na compra da *força de trabalho* dos trabalhadores, dos operários, os capitalistas extraem a **mais-valia** – o trabalho não pago.

Marx e Engels explicaram que é nessa dinâmica que se encontram as raízes da opressão e da miséria que pesam sobre os proletários. Com isso, deram um novo sentido à sua luta, apontando para a necessidade e possibilidade de se construir uma sociedade sem exploradores e explorados.

É nisto que consiste o Socialismo Científico: a crítica contundente do modo de produção capitalista, a explicação de suas contradições e das tendências de sua superação.

Antes do Socialismo Científico

As primeiras críticas ao capitalismo rejeitavam as injustiças desse modo de produção e suas consequências. Porém, não conseguiam explicá-lo, nem destruí-lo ideologicamente, porque não compreendiam claramente como nasce e em que consiste a exploração da classe operária. Consideravam que seria possível acabar com a exploração e as injustiças, sem acabar com o capitalismo.

Acreditavam ser possível melhorar o capitalismo, torná-lo mais humano. Quer dizer, os utópicos achavam possível domesticar uma serpente.

Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico

Este é o título de um livro de Engels, escrito em 1880. Friederich Engels, vocês se recordam, foi amigo e colaborador de Marx e escreveu com ele o Manifesto do Partido Comunista e outras obras importantes. Nesse livro, Engels enfatiza a revolução proletária como ato que socializa os meios de produção, põe fim à anarquia da produção no seio da sociedade e inicia a superação da exploração, rumo ao “salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

Engels situa o socialismo científico como “expressão teórica do movimento proletário” – capaz de infundir-lhe “a consciência das condições e da natureza de sua própria ação”. A luta dos trabalhadores contra a opressão capitalista e pela conquista de uma nova sociedade exige ciência, estudo e pesquisa. Para transformar um país é preciso conhecer a sua realidade nos seus múltiplos aspectos bem como a realidade mundial.

Socialismo Utópico

Trata-se das primeiras manifestações de descontentamento com a ordem capitalista. Entre os expoentes desta corrente de pensamento estão: Saint-Simon (1760-1825); Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837).

Engels os chamava de *socialistas utópicos*:

- *Socialistas*, porque suas ideias – enquanto crítica das injustiças e das condições de exploração da sociedade capitalista – traziam, em germe, posições econômicas e políticas que apontavam para o fim da exploração do ser humano pelo ser humano.

- *Utópicos*, porque vislumbravam uma ordem social ideal, não realizável nas condições concretas em que viviam. Do modo como os utópicos concebiam a luta pelo socialismo, ele nunca se tornaria realidade.

Na Europa, por exemplo, os utópicos fundaram sociedades, colônias inspiradas em ideais igualitários. Mas essas colônias utópicas, cercadas por capitalismo por todos os lados, não deram certo nem tiveram vida longa.

As teorias dos socialistas utópicos não concebiam a superação do capitalismo, nem reconheciam a classe operária como o sujeito histórico dessa superação. Sustentavam-se em experiências de “sociedades comunitárias ideais” no âmbito do próprio capitalismo. Sociedades que não se consumaram, devido ao desenvolvimento da própria dinâmica do capital.

Socialismo Científico

Marx e Engels elaboraram e desenvolveram uma teoria nova, que desvenda as leis que regem a sociedade humana, em especial as leis do sistema capitalista e apresentaram o projeto de sua superação histórica.



Seus estudos comprovam que, a partir da existência das classes sociais, a história da sociedade passa a ser a história da luta de classes e identificam a classe operária como protagonista do processo de superação do capitalismo.

Como vimos na Aula 03 (sobre a Economia Política Marxista): a descoberta da mais-valia, por Marx, foi o fator decisivo para demonstrar como se dá a exploração capitalista.

Temas centrais do socialismo científico:

- O desenvolvimento da tarefa de socialização dos meios de produção.
- A transição do capitalismo ao socialismo e a transição do socialismo ao comunismo.
- A necessidade da tomada do poder político como meio de iniciar a transição.
- O socialismo como sistema que supera o capitalismo enquanto modo de produção e de organização da sociedade.
- A classe operária como protagonista do processo de superação do capitalismo.

Teses centrais do socialismo científico:

- O socialismo é um longo período de transição à sociedade sem classes e sem Estado – o comunismo.
- Tal transição só é possível com a tomada do poder

- por forças compromissadas com o projeto socialista.
- A construção do socialismo requer objetivamente uma sucessão de fases e etapas.
- O socialismo é a fase inferior da sociedade comunista. O comunismo é sua fase superior.

2.2. Socialismo e Comunismo X Capitalismo

Socialismo e Comunismo

Segundo Marx: após um longo e indeterminado tempo de vigência do socialismo, após sucessivas etapas e transições socialistas, com o conseqüente desenvolvimento imensurável das forças produtivas e elevação do nível da consciência social, serão criadas as condições objetivas para o fim do Estado e o início de uma sociedade sem classes: a sociedade comunista.

Na fase superior da sociedade comunista:

- desaparece a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual;
- o trabalho deixa de ser somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital dos seres humanos;
- os indivíduos podem se desenvolver em todos os seus aspectos, possibilitando maior desenvolvimento das forças produtivas e ampliação das fontes de riqueza coletiva.



Lema do Socialismo:

“De cada um segundo suas capacidades; a cada um seu trabalho”.

Lema do Comunismo:

“De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”.

SOCIALISMO X CAPITALISMO

a. A propriedade dos meios de produção

Capitalismo - propriedade privada dos meios de produção.

Socialismo - propriedade coletiva dos meios de produção.

O socialismo como modo de produção é caracterizado pela *socialização completa dos meios de produção*.

A socialização dos meios de produção é a solução dos problemas da concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas. Ao tomar de forma coletiva os produtos finais da produção, o trabalho e o bem-estar ficam assegurados a toda a sociedade.

O socialismo é um sistema que necessita apoiar-se nas técnicas e conhecimentos mais avançados criados pelo homem, para poder garantir o constante progresso material e espiritual das massas trabalhadoras e do povo. Desta forma ficam para trás todos os mecanismos que regiam a antiga forma de produzir na sociedade (relações capitalistas), ficando abolida a exploração do homem pelo próprio homem.

b. Poder de Estado

Outra característica que diferencia o socialismo do capitalismo é a composição do poder do Estado, que outrora era regido pela burguesia.

Para a viabilização do socialismo, o antigo Estado precisa ser destruído e sob suas ruínas precisa nascer um Estado de caráter proletário, com poder exercido em defesa dos interesses do povo e das mais amplas massas populares.

c. A democracia proletária

A democracia socialista é muito mais ampla e profunda do que a democracia burguesa: 1) Enquanto a democracia burguesa, liberal, se limita a proclamar a igualdade jurídica dos indivíduos, a democracia socialista aponta para a extensão de direitos sociais básicos como componentes essenciais da democracia. Quer dizer, não basta a liberdade de votar e ser votado. Mesmo isso é meia verdade no capitalismo. 2) A de



mocracia socialista, além da liberdade política, busca assegurar a dignidade humana básica para todos: acesso ao trabalho, educação, saúde, esporte, lazer, etc.

O Estado, sob o socialismo, deve: proteger e desenvolver a cultura popular; assegurar a liberdade de expressão, de reunião e de culto religioso; estar sempre pronto para a defesa dos interesses da maioria do povo ante as tentativas de restauração da ordem burguesa.

A construção do Socialismo

Ainda que, no essencial, haja semelhanças em todos os países, o socialismo e sua construção dependem: de cada formação social; das características particulares de cada povo, de cada nação, de cada cultura.

Conforme a experiência histórica do século XX demonstrou, o modelo único de socialismo é de caráter anticientífico.

A construção da sociedade sob novas bases comporta dois tipos de transição: a transição inicial do capitalismo ao socialismo; a transição do socialismo à sua plena realização, o comunismo.

Tópico 3: As experiências socialistas do século XX e a nova luta pelo socialismo no século XXI

Quais lições podemos extrair das experiências de construção do socialismo no século XX?

No século XX, o mundo conheceu as primeiras experiências socialistas, repletas de grandes lutas, que tiveram importantes vitórias, mas também sofreram significativos fracassos.

A transição histórica do capitalismo ao socialismo teve início com a Revolução Russa em 1917 e ampliou-se com a formação de um campo socialista em âmbito mundial (após a II Guerra Mundial). Esse campo abrangia, além da URSS, a China, a Coreia do Norte, o Vietnã e o Laos na Ásia, a maioria dos países do Leste europeu e Cuba, na América Latina.

Outros países africanos, com a vitória sobre o antigo sistema colonial nas décadas de 1960 e 1970, iniciaram experiências de democracia popular com perspectiva socialista.

As conquistas do socialismo (direitos e melhores condições de vida material e cultural para amplas massas) provocaram mudanças na própria feição do capitalismo. Sobretudo na Europa, ante o avanço e repercussão do exemplo e das ideias socialistas, os países capitalistas foram impelidos a promover concessões aos trabalhadores.

O socialismo, portanto, propiciou aos trabalhadores e à humanidade um rico legado de progresso material, social e político. No caso da União das Repú-

blicas Socialistas Soviéticas, a URSS, a construção socialista seguiu um rumo de progressos e conquistas, como a vitória ante a Alemanha hitlerista na II Guerra Mundial e apresentou índices de progressos materiais e espirituais jamais sonhados por seu povo.

Porém, o socialismo apresentou problemas e entrou em declínio acentuado na década de 1960, culminando no fim do campo socialista vinculado à URSS, no ano de 1991. Entre esses problemas, destacam-se: estagnação da teoria marxista; insuficiente desenvolvimento econômico; recuos na democracia – erros de autoritarismo; equívocos na relação entre o Partido Estado; degenerescência do Partido; erros políticos na direção de Stálin.

O PCdoB, no 8º Congresso, em 1992, sistematizou importante análise sobre os problemas dessa experiência:

*“Os soviets, de maneira geral, tinham funções homologatórias, **infringindo-se o princípio de que o centro decisório do Estado socialista deve repousar nos órgãos de soberania popular (...)** Realizavam-se, com ou sem justificativa plausível, **repressões políticas que atingiam setores populares.** Violava-se a legalidade democrática, pretextando o acirramento da luta de classes, o que nem sempre correspondia com a*



realidade política. Tais repressões criavam um ambiente de temor que induzia à passividade e ao silêncio ante erros e defeitos existentes (...) Não se pode desenvolver a sociedade, na fase de transição, sem o uso da democracia e da liberdade.”

Principais lições da primeira experiência socialista:

1. Não há modelo único de socialismo. Conforme já explanamos, o socialismo tem alguns princípios fundamentais, mas a sua realização dependerá da realidade de cada país: como estágio de sua economia, sua cultura, sua história, etc.

2. Não há passagem direta do capitalismo ao socialismo. Esta é uma das mais importantes lições. Mesmo com os trabalhadores no exercício de um poder socialista, a construção do socialismo não se dá num passe de mágica. É preciso percorrer um caminho cuja duração vai depender da realidade de cada nação. Desse modo, por exemplo, na primeira etapa a estrutura econômica de um país socialista poderá ter a convivência de propriedade social com propriedade privada dos meios de produção, com cooperativas. Mas com o esforço de se atingir a completa propriedade social.

3. Para realizar a transição tornam-se imprescindíveis: a conquista do poder político e da hegemonia por forças comprometidas com o projeto socialista; o exercício da democracia e da liberdade; a defesa da revolução e a construção do socialismo como obra de milhões.

4. A teoria revolucionária precisa ser profundamente estudada e continuamente desenvolvida. Isto exige: o conhecimento da produção teórica, nos diversos campos do saber; o debate aberto dessa produção – com a sociedade, com os intelectuais, nas universidades, nos centros de pesquisa, no âmbito do partido, das entidades do povo.

A resistência e a acumulação de forças: marcas do período atual

A derrota do socialismo na União Soviética abriu caminho para a ofensiva neoliberal contra as nações periféricas e os direitos conquistados pelos trabalhadores em todo o mundo. Essa ofensiva neoliberal predominou até o final do século passado. (no Brasil, isto se deu principalmente nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso – 1994-2002).

Agora, no século XXI está em curso uma nova luta



pelo socialismo no âmbito de um mundo no qual ocorrem mudanças nas suas relações de poder. Vivemos em um mundo em transição marcado por crises, instabilidades e com o declínio relativo dos Estados Unidos da América e pela rápida ascensão da China Socialista. Essas mudanças favorecem a luta dos tra-

balhadores, porém ainda não se delineia uma nova correlação de forças em escala mundial.

Fato positivo é o progresso que ocorre em países socialistas como a China (com 1,3 bilhão de habitantes), em Cuba e no Vietnã, entre outros. A experiência soviética fracassou e, mesmo que China, Vietnã, Cuba e outros países tenham se mantido fiéis aos princípios revolucionários, instaurou-se um ciclo adverso e de resistência de longo alcance histórico.

Como diz João Amazonas, no Informe Político ao 8º Congresso, em 1992:

“Vivemos uma situação de generalizado abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade. Estende-se o ceticismo, o

desalento, as vacilações acerca da justeza das teorias de Marx, Engels e Lênin. Voltam à cena políticas velhas e ilusórias utopias de reforma do capitalismo, como saída para os irreparáveis desajustes originados da decomposição do sistema”

A nova luta pelo Socialismo

“Objetiva e subjetivamente vive-se na atualidade uma nova luta pelo socialismo. Uma jornada pela retomada do processo transformador. Algo distinto da jornada empreendida no século passado.” (Renato Rabelo, artigo na Revista Princípios Nº 79).

O Socialismo emerge das contradições do capitalismo, mas não surge espontaneamente, é preciso **fortalecer o movimento transformador**. Isto passa por confrontar o capitalismo: forças que tenham raízes, liderança e influência política. Exige correlação de forças para fazer frente ao domínio da onda conservadora. A luta pelo socialismo, nos nossos dias, é marcada pela luta contra o neoliberalismo, tem sentido anti-capitalista. E pela **resistência ativa** ao imperialismo, com centralidade da **questão nacional**.

A ação do imperialismo se choca com o interesse dos povos e dá base a uma movimentação crescente em sentido contrário, para a criação de diversos pólos opostos a essa hegemonia: a resistência à ocupação militar, as lutas dos trabalhadores por seus direitos, o combate dos povos por sua emancipação nacional e social, a afirmação de correntes patrióticas nos países dependentes em defesa da soberania nacional, a formação de blocos de países em contenda por um novo ordenamento político e econômico mundial.

A América Latina se tornou palco de resistência ao neoliberalismo através da combinação da luta social com a conquista de governos democráticos que buscam caminhos de desenvolvimento alternativos.

A resistência ao neoliberalismo é parte da nova luta pelo socialismo, cujos principais desafios são os seguintes:

- Enriquecer a teoria marxista.
- Compreender os problemas da atualidade.
- Fortalecer o movimento transformador.

Tópico 4: O PCdoB e seu Programa Socialista

O PCdoB é o partido do socialismo e tem um Programa Socialista para o Brasil. Então, por que ele é Partido Comunista e não partido socialista?

Como vimos anteriormente, o socialismo é um longo período de transição para uma sociedade sem classes, a sociedade comunista.

O PCdoB – Partido Comunista do Brasil – entende que a humanidade, futuramente, há de atingir essa sociedade superior e que, para isso, é preciso construir e fortalecer o socialismo.

Um Programa para uma fase de transição

Para o caso do nosso país, o Brasil, a transição ao socialismo terá várias etapas e fases. Elas são interligadas e têm duração relativamente longa. O Programa do PCdoB trata da etapa preliminar de transição do capitalismo ao socialismo. Tem o objetivo de criar as condições materiais e subjetivas para a implantação crescente do socialismo até sua forma integral.

Essa etapa é necessária tendo em vista o acúmulo de atraso que ainda atinge diversos setores da vida econômica, social e cultural do Brasil. Porém, a premissa básica para a entrada nessa transição é a conquista do poder político pelas forças avançadas e compromissadas com o projeto socialista. Sem isso, é impossível a transição.

Sob o ponto de vista da construção econômica, nessa etapa preliminar a socialização não será integral. Haverá vários tipos de propriedade: estatal; estatal associada ao capital privado; cooperativa; privada.

O Programa Socialista do PCdoB

Em 1995, na 8ª Conferência Nacional, o PCdoB aprovou o Programa Socialista para o Brasil. O 12º Congresso, em 2009, aprovou o novo Programa, que reafirma o caráter socialista e avança na análise da nossa história e da realidade brasileira atual.

O Programa do PCdoB está situado na dinâmica da história do Brasil, no curso da nossa realidade política, leva em conta as características de um mundo contemporâneo em transição e aponta o caminho para se atingir o socialismo em nosso país.

Tal como o anterior, o novo Programa identifica o Brasil como um país capitalista: de desenvolvimento médio, de tipo dependente, com o poder hegemônico pela burguesia.

O capitalismo dependente gera deformações estruturais, restando muitas tarefas democráticas e nacionais. A burguesia mostrou-se impotente para concluí-las. As medidas propostas, ainda de cunho capitalista, já fazem parte da transição e têm por objetivo avançar no desenvolvimento das forças produtivas. A transição só pode se iniciar com a conquista do poder político.

O Programa do PCdoB se fundamenta na realidade brasileira. O socialismo não é um ideal ao qual a realidade deve se adequar, mas é produto das contradições do capitalismo e de suas manifestações concretas, em cada país. Essas contradições geram a luta e

a possibilidade de transformação.

Ao analisar a história do Brasil e a realidade brasileira atual, o Programa identifica a existência de dois ciclos civilizacionais.

Primeiro Ciclo: Formação do Povo, da Nação e do Estado – as lutas: pela Independência, pela Abolição da Escravidão e pela República.

Segundo Ciclo: Estado “nacional-desenvolvimentista” – as lutas: pela industrialização e modernização da sociedade, pelos direitos trabalhistas, pelo progresso educacional e cultural. Este ciclo abrange: o movimento de 1930 e a fase de expansão do desenvolvimento nacional, até 1980.

Com o esgotamento do “nacional desenvolvimentismo”, já desde os anos 1970, o país sofreu grande retrocesso em vários campos. Mas o povo se manteve sempre na luta: por liberdades democráticas, pela Anistia, pela Constituinte.

Nos anos 1990 e no início do novo século, a luta continua e assume novas formas: com a resistência ao neoliberalismo; com a vitória de Lula e o empenho por superar as contradições de seu governo; pela manutenção das forças populares no centro do poder, já no governo Dilma Roussef – a primeira mulher a atingir a Presidência da República.

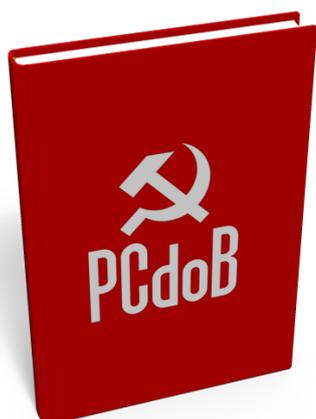
O desafio da contemporaneidade – diz o novo Programa – “é conduzir o processo político a um patamar mais promissor”: instaurar um terceiro ciclo civilizacional. Esse terceiro ciclo só terá início com a transição do capitalismo ao socialismo. Acontece que ainda não se reuniram as condições para a implementação imediata do socialismo.

O caminho para alcançar o Socialismo

O Programa do PCdoB aponta um caminho para a conquista do socialismo. Este caminho é a luta agora e já pela execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Mas esta tarefa já não pode ser liderada pela burguesia. Cabe aos trabalhadores a autoria, a direção e o controle desse processo.

O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND) há de ser antiimperialista, antilatifundiário, antioligarquia financeira.

E se erguer sobre quatro grandes pilares: soberania e de-



fesa da nação; democracia; progresso social; integração solidária da América do Sul.

Sua elaboração deverá considerar a superação de impasses, obstáculos e contradições estruturais da nossa sociedade.

As reformas democratizantes

O NPND tem objetivos transformadores e “inclui as reformas que compõem o esforço de democratização da sociedade brasileira nas condições atuais”:

- a. Reforma política ampla, democrática;
- b. Reforma dos meios de comunicação de massas;
- c. Reforma da educação;
- d. Reforma tributária progressiva;
- e. Reforma agrária;
- f. Reforma urbana;
- g. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- h. Fortalecimento e ampliação da Seguridade Social;
- i. Fortalecimento da segurança pública.

Lema do Programa Socialista do PCdoB: O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!

O objetivo estratégico é a transição ao socialismo, que começa pela conquista do poder político pelas forças interessadas nesse trânsito, os trabalhadores. Isto exige a elevação da consciência política e social.

O novo poder tem caráter democrático e popular e deve desenvolver-se numa república de trabalhadores. Porém, sua forma exata não pode ser definida antecipadamente.

O Programa Socialista para o Brasil é um Programa para uma primeira fase de transição ao socialismo. Nele, a revolução brasileira é definida como nacional, democrática, popular e compreende a conquista da hegemonia pelas forças políticas e sociais – o que exige acúmulo de forças.

Ao apresentar o Programa Socialista para o Brasil, o PCdoB faz uma conclamação “ao povo e aos trabalhadores, aos seus aliados, e a todos os brasileiros comprometidos com o país e com o progresso social” no sentido de fortalecer a Nação, lutar pela construção do socialismo.

OBSTÁCULOS E CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE

- a. A condição de nação subjugada, “periférica”;
- b. A condição de Estado conservador, sob o controle dos círculos financeiros;
- c. A condição de economia dependente e de desenvolvimento médio, na divisão internacional do trabalho imposta pelas grandes potências imperialistas;
- d. A propriedade latifundiária improdutiva ou de baixa produtividade, obstáculo ao aumento da produção e da democratização da terra;
- e. A defasagem da renda do trabalho em relação à renda do capital, que ocorre em proporção elevada;
- f. As desigualdades sociais e as tensões no seio povo: limites à distribuição de renda, universalização dos direitos sociais, combate ao racismo, à homofobia, à intolerância religiosa;
- g. As desigualdades regionais que concentraram o progresso e a riqueza nas regiões Sudeste e Sul, impondo um pesado ônus às demais regiões;
- h. As barreiras e os limites à emancipação das mulheres, alimentados pela lógica do capital e pelos preconceitos de gênero;
- i. A degradação ambiental, resultante de concepções e práticas predatórias, responsável pela poluição ambiental e destruição de parte das florestas, dos recursos hídricos, da fauna;
- j. As vulnerabilidades da cultura e da consciência nacional;
- k. A condição de país voltado primordialmente para os EUA e a Europa.

AULA 05 - PARTIDO

CONCEPÇÃO, HISTÓRIA E LUTAS DO PARTIDO COMUNISTA

Tópico 1: Noções sobre partidos e o Partido Comunista

O que se entende por partido político?

O que distingue o Partido Comunista de outros partidos?

Os partidos políticos modernos são a expressão dos interesses de classes sociais.

As classes modernas (burguesia e proletariado) surgem no cenário político a partir das revoluções burguesas, com destaque à Revolução Francesa em 1789, quando a burguesia, já fortalecida economicamente, apoia-se no proletariado e nas massas camponesas como base social para a derrubada da monarquia.



Marx estudou em profundidade o acúmulo de lutas do proletariado francês e a ele se referiu inúmeras vezes, na sua elaboração teórica sobre a luta de classes e a revolução. Por isso é que Lênin identifica o socialismo francês como uma das três fontes do marxismo.

O Partido Comunista nasce na esteira das lutas e revoluções nacionais e democráticas européias de 1848, em que o proletariado moderno já demonstrava sua vitalidade política.

Já não se tratava mais de um partido somente de defesa dos interesses dos trabalhadores e sim de um partido que luta para que o proletariado conquiste o poder do Estado.

A tarefa histórica do Partido Comunista foi expressa por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista:

“... lutam eles (os comunistas) pela realização dos objetivos e interesses imediatos da classe operária, mas representam no movimento presente também o futuro deste movimento”.



A concepção deste Partido ganha novas luzes com as reflexões e a elaboração de Lênin, já sob o imperialismo.

Nos seus primórdios, o movimento dos trabalhadores teve a marca do espontaneísmo e do economicismo. Exemplo disso foi o Movimento Cartista inglês do século XIX.

O Partido Comunista dá uma qualidade nova à luta dos trabalhadores. Associa a luta pelos interesses imediatos dos oprimidos a um projeto político de conquista do Poder. Por isso afirma-se que o Partido Comunista é a vanguarda consciente do proletariado.

Com Lênin, o partido dos proletários se aperfeiçoa, torna-se um “Partido de Novo Tipo”, capaz de liderar as massas trabalhadoras e seus aliados para a conquista do poder.

Este partido tem linha única de ação (não admite a existência de tendências internas). Atua com unidade de ação, unidade derivada da elaboração coletiva e do amplo debate entre seus militantes. O centralismo democrático é seu princípio organizativo.

ITENS DA CARTA DOS OPERÁRIOS INGLESES:



AUMENTO SALARIAL; REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO; SUFRÁGIO UNIVERSAL (DIREITO DE TODOS OS HOMENS AO VOTO); VOTO SECRETO ATRAVÉS DE CÉDULA; ELEIÇÃO ANUAL; IGUALDADE DE DIREITOS ELEITORAIS; PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CLASSE OPERÁRIA NO PARLAMENTO; REMUNERAÇÃO AOS PARLAMENTARES.

Tópico 2: Origem e sinopse histórica do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e sua atual concepção



E no Brasil, como surgiu e como se constituiu o Partido Comunista?

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB – a mais antiga legenda do país em atuação – ao longo de mais de nove décadas tem participação destacada nas lutas populares revolucionárias, patrióticas e democráticas do país.

Fundação, objetivo e base teórica



O Partido Comunista do Brasil foi fundado no dia 25 de março de 1922, com a sigla PCB, a partir das lutas da nascente classe operária, da influência da revolução socialista de 1917 na Rússia e da efervescência das lutas contra as oligarquias da República Velha.

Constituiu-se, desde o início, com a perspectiva de ser o partido de vanguarda do proletariado brasileiro. Tem como

objetivo estratégico a superação do capitalismo, a construção do socialismo, na transição a seu objetivo maior, o comunismo. Sua base teórica é o marxismo-leninismo, com o qual interpreta a realidade brasileira e mundial.

Já na década de 1930

Formou e dirigiu a organização de cunho patriótico e democrático denominada Aliança Nacional Libertadora (ALN).

Em 1935, lidera uma insurreição armada contra o governo Vargas. Enfrenta a ditadura do Estado Novo. No início dos anos 1940, destaca-se na luta contra o nazi-fascismo e pela entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra contra os países do Eixo. Acumula grande prestígio junto ao povo. Realiza grandes mobilizações. Na Constituinte de 1946 elege 14 deputados federais (dentre os quais João Amazonas, Jorge Amado, Maurício Grabois) e um senador (Luís Carlos Prestes).



Na segunda metade da década de 1950

Eclode uma divisão no movimento comunista internacional. Duas correntes se confrontam: uma de cunho revisionista, liderada pelo então líder soviético Nikita Krushev; e outra revolucionária.

No Brasil esta divisão incide sobre contradições já existentes no âmbito do Partido que resultaram na sua reorganização ocorrida em 1962, episódio que garantiu sua continuidade revolucionária, após o qual foi adotada a sigla PCdoB.



No final da década de 1960 e início da década de 1970:

No final dos anos 1960, em função da grande perseguição política que a ditadura promovia nas cidades, o PCdoB decidiu deslocar militantes para a região do sul do Araguaia a fim de desenvolver um trabalho político junto aos camponeses daquela região.

Em abril de 1972 as Forças Armadas atacaram a população do sul do Pará. Deflagra-se a **Guerrilha do Araguaia**, reconhecida por muitos historiadores como a mais importante ação de resistência armada à ditadura dos generais. A luta armada foi uma resposta ao regime de terror que se instaurou no país, sobretudo a partir do AI-5 (Ato Institucional Nº 5), em dezembro de 1968.



Mais de duas décadas de legalidade



Na fase final da ditadura, o Partido participa ativamente das grandes jornadas que levaram à redemocratização do país: Anistia, Diretas Já, Eleição de Tancredo Neves e Constituinte.

Em 1985, conquista a legalidade.

Nas eleições de 1989, é força decisiva na formação da Frente Brasil Popular em aliança com o PT e o PSB, tendo Lula como candidato à Presidência da República.

Reafirma o socialismo com bases novas em seu **8º Congresso** (1992), realizado em meio às tempestades contrarrevolucionárias e o fim da União Soviética. Neste Congresso de enorme relevância o Partido sistematiza os ensinamentos do colapso soviético: não há modelo único de socialismo; não há passagem direta do capitalismo ao socialismo. E supera a concepção errônea da revolução em duas etapas. Assim, parte para o desafio de melhor compreender a realidade da formação social brasileira. Deste movimento interno nasce, na esteira da sua **8ª Conferência Nacional (1995)**, o Programa Socialista para o Brasil, que apresenta uma proposta de socialismo renovado. Esse Programa refere-se à etapa inicial de transição do capitalismo ao socialismo.

Na década de 1990 o PCdoB é força destacada na **resistência ao neoliberalismo**. No plano da luta política concreta elabora a ideia da construção de uma ampla frente antineoliberal, liderada pela esquerda.

Esta frente se concretiza nas eleições presidenciais de 2002 e, sob a liderança de Lula, vence o pleito. Vitória que se renova na eleição de 2006. E depois em 2010, quando Dilma Rousseff se elege presidenta do Brasil. O PCdoB se destaca nessa jornada. Foi, além do PT, a única



legenda que apoiou Lula em todas as suas campanhas, desde o primeiro turno de 1989. Pela primeira vez na história da República compõe o primeiro escalão do governo central.

Em 2009, no 12º Congresso, o Partido aprovou um novo **Programa** e uma **Política de Quadros**.

O novo **Programa** mantém o caráter socialista e a apresentação de propostas para a etapa inicial de transição. Mas avança na análise da nossa história e da realidade brasileira atual e estabelece de forma mais precisa a nossa tática, dedicando-se principalmente à definição do caminho para se atingir o socialismo: a elaboração e a execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND).

A **Política de Quadros** define a linha de estruturação partidária, sob o lema: **Partido revolucionário para um período singular de lutas**. Essa política tem por objetivos: formar novas gerações dirigentes; elevar a capacitação teórica e ideológica, mediante estudo, elaboração e

sistematização dos problemas, para autonomia e criatividade na ação política; promover a renovação nos papéis, funções e feições da estrutura de quadros; estimular a alternância de funções desempenhadas por cada militante no partido; possibilitar a especialização nos âmbitos do saber e agir transformadores, estimulando suas aptidões e sua inserção em todos os terrenos da vida política, econômica, de Estado, social e cultural; contribuir

para que se tornem cada vez mais representativos, enquanto cidadãos e cidadãs influentes e respeitados não apenas no partido como também na vida pública, na sociedade, nas entidades; forjar atitudes conscientes e sadias dos quadros na vida do Partido.

As lições desses mais de 20 anos de legalidade e os desdobramentos da luta política em curso demandam um PCdoB grande, forte e influente entre os trabalhadores e outras camadas sociais.

Para se tornar maior na atualidade o PCdoB participa de três frentes de luta: 1) Parlamentos e Governos; 2) Movimentos sociais / lutas dos trabalhadores; 3) Luta de Ideias. São frentes interligadas.



Tópico 3: A tática e a estratégia do Partido: a luta pelo socialismo no Brasil e o Programa Socialista do PCdoB - a nossa formulação estratégica

O que se entende por estratégia e tática de um partido comunista?

Qual a relação da estratégia com a tática do PCdoB?

Noções de tática e de estratégia

No decorrer da luta de classes, em especial a partir do período histórico em que a dinâmica da sociedade é regida pelo confronto entre burguesia e proletariado, sistematizam-se em teoria os **princípios e indicações que orientam a luta pela conquista e preservação do poder**.

A isso se relacionam os conceitos de **estratégia e tática**.

A estratégia indica o objetivo maior a ser alcançado pelo movimento revolucionário num determinado período histórico, aponta a direção e o horizonte da luta. Sua essência é a conquista da hegemonia – cujo ápice é a conquista do poder político, que por sua vez só é possível por meio de várias táticas, sobretudo no momento decisivo. Por sua natureza, a estratégia é relativamente fixa por um largo período de tempo.

A tática deriva da estratégia e a ela serve, sendo o elemento decisivo para o partido de vanguarda. Através da tática se vincula a vanguarda às massas, colocando-se em movimento milhões em luta por conquistas parciais, cujas vitórias acumulam forças para se alcançar a estratégia. A tática justa é chave para a união e coesão da força revolucionária. O elemento basilar da tática é a correlação de forças, que deriva ofensiva e defensiva, ampliação e radicalização etc. A tática é dinâmica e suscetível de atualizações frequentes, pois a realidade política está em constante mudança.



As definições do PCdoB

Como se manifestam, na política atual do PCdoB, as definições táticas e estratégicas?

Definições Táticas:

No que diz respeito à tática, a diretriz que passou a reger a ação política do Partido, a partir da 9ª Conferência Nacional, em 2003, é a seguinte: “*Buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista*”.

O PCdoB identificava no governo Lula duas tendências contraditórias: mudança e continuísmo.

A 9ª Conferência vislumbrou uma transição branda, limitada e contraditória – que permanece no governo Dilma Rousseff.

A tática atual

A contradição mudança versus continuísmo foi se confirmando, e o PCdoB manteve a tática de lutar pelo êxito do governo Lula no rumo da mudança.

Essa tática mostrou-se justa, tendo em vista as políticas que alteraram significativamente o quadro vivenciado no governo anterior (Fernando Henrique Cardoso), de forte perfil neoliberal.

Eleita em 2010 com o apoio do PCdoB e de amplas forças políticas e sociais, a Presidenta Dilma Rousseff encontrou um quadro favorável à aplicação de importantes medidas voltadas para a melhoria das condições de vida do povo e para o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do nosso país.

Dilma partiu das bases criadas no governo Lula, mantendo e ampliando suas realizações.

Por isso, a tática do PCdoB é, também, lutar pelo êxito de seu governo e pelo aprofundamento das mudanças que podem contribuir para o fortalecimento da nação, preparando o terreno para a elaboração e execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

O apoio no rumo da mudança e a luta por ampliação das conquistas – assim como a resistência ao neoliberalismo e a qualquer forma de retrocesso – são elementos táticos, que impulsionam a ação partidária na luta pelo socialismo.



A tática é dinâmica

A tática do PCdoB se expressa na política traçada para períodos mais curtos, e é registrada em documentos da direção nacional, os quais estabelecem objetivos, tarefas e prioridades da ação partidária junto às forças progressistas e às massas trabalhadoras – incluindo a política de alianças – e traçam orientações gerais aos organismos inferiores, propiciando-lhes elementos para a definição de ações táticas específicas, locais.

Assim como a tática é dinâmica e suscetível de atualizações frequentes, a parte do curso que trata deste tema 5 também não é fixa. Para conhecer as orientações táticas vigentes no período de realização do curso, é necessário consultar os documentos mais recentes, publicados nos órgãos de comunicação do Partido, com destaque para:

- Página Partido Vivo: www.pcdob.org.br
- Portal da Organização: www.portaldaorganizacao.org.br
- Portal Vermelho: www.vermelho.org.br

Definições estratégicas:

O programa Socialista para o Brasil: a nossa formulação estratégica

O PCdoB participa ativamente da luta pela superação do neoliberalismo em nosso país como forma de aproximação ao nosso objetivo maior, o socialismo. E defende a elaboração e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), com emprego e distribuição de renda, assentado na soberania nacional, na democracia, no progresso social e na integração solidária da América Latina.

Para tanto, devemos persistir no objetivo de construir um partido leninista moderno, com capacidade política para disputar e conquistar a hegemonia entre as forças políticas avançadas do país.

O Programa do PCdoB

O Programa do PCdoB compreende a primeira fase da transição do capitalismo ao socialismo em nossa pátria. É produto das reflexões teóricas e políticas de natureza crítica e autocrítica do primeiro ciclo de experiências socialistas. Consubstancia-se numa proposta de socialismo renovado, enriquecido e rejuvenescido com as lições aprendidas no século XX.

Procura saídas criativas contra o dogmatismo e contra as concepções errôneas de modelo único. Foi elaborado segundo a realidade econômica, social e cultural do Brasil e de seu povo.

Já dissemos, mas é sempre bom repetir: o objetivo estratégico do Programa do PCdoB é a construção do socialismo em nosso país; o caminho para isso é a elaboração e execução do NPND. Daí seu lema: **O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!**

A estratégia é relativamente estável

A estratégia é definida para um largo período de tempo.

A formulação estratégica do PCdoB se expressa no Programa Socialista para o Brasil, publicado em várias versões impressas e encontra-se disponível na página Partido Vivo:

http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=1

Para possibilitar sua difusão mais sistematizada ao coletivo partidário, a Escola Nacional do PCdoB e a Fundação Maurício Grabois produziram um curso em vídeo: o **CPS - Curso do Programa Socialista**.

O CPS é complementado por estudo orientado do Programa, em ambiente virtual.

Tópico 4: O PCdoB e seu Estatuto

O Estatuto do PCdoB

Para os comunistas, um dos elementos mais importantes da sua formação política e ideológica, ao lado do Programa, é o Estatuto do Partido. É nele que o Partido consagra suas características fundamentais bem como os direitos e deveres de cada um dos seus membros. Nas disposições estatutárias encontram-se os valores essenciais a serem defendidos, cultivados e seguidos pelos(as) comunistas.

Definições Gerais

O PCdoB é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 anos, em pleno gozo dos seus direitos políticos e que aceitam seu Programa e seu Estatuto. Em caráter excepcional podem filiar-se jovens elei-

tores maiores de 16 anos.

O que é ser membro do PCdoB

Nosso Estatuto estabelece três esferas de atuação no âmbito do Partido: filiados(as), militantes e quadros.

Filiados e Filiadas

São seus **direitos**: participar das reuniões partidárias; opinar e contribuir na elaboração da linha política partidária; manifestar-se perante os órgãos de direção partidária no âmbito em que atua.

São seus **deveres**: apoiar as causas e campanhas do Partido, votar em seus candidatos, aplicar suas orientações gerais e comprometer-se com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a luta em defesa dos direitos do povo, da liberdade, da soberania nacional e pelo socialismo.

O(a) filiado(a) pode, por sua livre vontade, passar à condição de militante, para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, mediante obtenção da Carteira Nacional do Militante e passando a atuar regularmente em uma das organizações partidárias.

Militantes: a força organizada do PCdoB

Os(as) militantes formam o pilar fundamental da força do Partido junto aos trabalhadores e ao povo. São filiados (as) que:

- atuam regularmente em uma das suas organizações;
- estão em dia com as contribuições financeiras para a sustentação do Partido;
- estudam, acatam e aplicam suas decisões;
- difundem a orientação, as ideias e propostas partidárias.

A condição de militante é comprovada pela Carteira Nacional do Militante, devidamente registrada nos cadastros partidários, emitida em termos de norma do Comitê Central.

Direitos do(a) Militante

- a) participar, expressando livremente as suas opiniões, da elaboração da linha política do Partido e das discussões acerca das questões políticas, teóricas e práticas nas instâncias partidárias de que fizer parte;
- b) manter suas opiniões, se divergentes, sem deixar de aplicar, defender e difundir as decisões do Partido;
- c) eleger e ser eleito(a) em qualquer instância partidária de que participe;
- d) ser ouvido(a) quanto à melhor forma de contribuir para a atividade do Partido, em uma das suas organizações;
- e) encaminhar sugestões e propostas por intermédio de seu organismo e pedir informações a qualquer instância superior;
- f) apelar de decisão disciplinar a seu respeito;
- g) exigir sua participação pessoal e o mais amplo direito de defesa sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

Deveres do(a) Militante

- a) atuar de acordo com os princípios e normas do Estatuto, observando a disciplina partidária;
- b) atuar regularmente em uma das organizações do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política;
- c) possuir a Carteira Nacional do Militante como comprovação de estar em dia com as obrigações de sustentação financeira do Partido;
- d) ler e difundir o jornal A Classe Operária, a revista teórica, o Portal do Partido na internet e as demais publicações do Partido;
- e) participar das atividades partidárias de formação;
- f) associar-se à entidade ou organização de massa relacionada com seu trabalho, moradia, área ou setor de atuação, respeitando as decisões democráticas que ali se tomam e contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;
- g) prestar contas ao coletivo da sua atividade partidária, exercer e estimular a prática da crítica e autocrítica;
- h) informar sobre mudança de local de trabalho, residência ou área de militância que implique em alteração do seu organismo de atuação;
- i) combater todas as formas de opressão e prestar solidariedade aos que são alvo de quaisquer manifestações de perseguição política, discriminação social, de gênero, racista ou étnica, de orientação sexual, de religião e as relativas à condição da criança e do adolescente, dos idosos e portadores de necessidades especiais;
- j) hipotecar plena solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos em defesa da soberania nacional e de sua emancipação social, pela paz e contra o imperialismo.

Os quadros do PCdoB

Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São cumpridores exemplares dos deveres dos militantes. São militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido. E que estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido.

Os quadros do PCdo B são eleitos para funções de direção de Comitês partidários, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de comissões auxiliares ou em outras funções de apoio. Exercem atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional e na direção de organizações de massas. E atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, em funções técnicas de assessoria às bancadas e à direção partidária.

A **política de quadros** do PCdoB estimula em todos os níveis a sua formação e acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição, com base em critérios que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços.

Contribuição Financeira

Uma importante definição estatutária é a contribuição financeira do membro do Partido. Ela é expressão do seu compromisso com a organização partidária, seus ideais e sua luta. A estruturação material e a sustentação da atividade partidária e dos Comitês são responsabilidade coletiva, de todos os membros do PCdoB. Quem contri-

bui individualmente com o partido recebe a Carteira Nacional de Militante que é instrumento comprobatório da condição de militante do Partido e documento indispensável para:

- eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias,
- participar de atividades em que os organismos de direção decidam exigir a sua apresentação.

O Centralismo Democrático

A estruturação e o desenvolvimento da vida partidária assentam-se no princípio do Centralismo Democrático. O Centralismo Democrático estimula a expressão das opiniões pessoais, de forma livre e responsável, e a ampla iniciativa de ação por parte de cada militante e de todas as suas organizações, como fator ativo da construção das orientações partidárias, sob um único centro dirigente: o Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central. O Partido age como um todo uno, sob o primado da disciplina livre e conscientemente assumida.

A unidade é a força do Partido. Por isso, o Centralismo Democrático consta como definição estatutária, a ser observada por todos os seus membros. Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, o Partido visa forjar sua coesão política e ideológica, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido.

Conhecer o Estatuto, consultá-lo frequentemente e empenhar-se na sua observância

Ao assinar a ficha de filiação ao PCdoB, o cidadão e a cidadã afirmam ter lido seu Estatuto (assim como seu Programa) e estar de acordo com seu conteúdo.

Esta não pode ser uma atitude meramente burocrática. É preciso, efetivamente, conhecer esses documentos partidários, debater seu conteúdo e empenhar-se para seguir suas definições e prescrições.

Para consultar o Estatuto do PCdoB, acesse a página do Partido na internet:

http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=2

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCdoB

Presidente: Renato Rabelo

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS - FMG

Presidente: Adalberto Monteiro

ESCOLA NACIONAL DO PCdoB

Diretora: Nereide Saviani

Secretário Executivo: Altair Freitas

Coordenação dos Núcleos de Ensino e Pesquisa

Nereide Saviani (Filosofia)

Augusto Buonicore (Estado/Classes)

Sérgio Barroso (Econ. Política e Desenvolvimento)

Altair Freitas (Socialismo)

Fabiana Costa (Partido)

Apoio de Secretaria

Adriana Nunes de Castilho

TREEMIDIA - LEVEL3

São Paulo - 2013